

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

FRANCISCO GILVANEIDE PRAXEDES

ANÁLISE DA GESTÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ DO
SUBPROJETO DE MATEMÁTICA DO CAMPUS FORTALEZA, À LUZ DE
PRINCÍPIOS ÉTICOS

São Leopoldo

2018

FRANCISCO GILVANEIDE PRAXEDES

ANÁLISE DA GESTÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ DO
SUBPROJETO DE MATEMÁTICA DO CAMPUS FORTALEZA, À LUZ DE
PRINCÍPIOS ÉTICOS

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Dusan Schreiber

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P919a Praxedes, Francisco Gilvaneide

Análise da gestão do programa institucional de bolsas de Iniciação à docência do Instituto Federal do Ceará do subprojeto de matemática do campus Fortaleza, à luz de princípios éticos / Francisco Gilvaneide Praxedes; orientador Dusan Schreiber. – São Leopoldo: EST/PPG, 2018.

95 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Administração pública – Brasil. 2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Brasil). 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará 4. Ética. 5. Matemática. I. Schreiber, Dusan. II. Título.

FRANCISCO GILVANEIDE PRAXEDES

ANÁLISE DA GESTÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ DO
SUBPROJETO DE MATEMÁTICA DO CAMPUS FORTALEZA, À LUZ DE
PRINCÍPIOS ÉTICOS

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data de Aprovação:

Dusan Schreiber – Doutorado em Administração – UFRGS

Rudolf von Sinner – Doutor em Teologia – Faculdades EST

A minha esposa Dilce Praxedes e filhas Kênia Praxedes e Kênia Praxedes, pelo apoio e pela compreensão, resultado do meu interesse, inspiração e progresso.

Ao meu netinho Samuel pelas alegrias que trouxe nos difíceis momentos de realização deste trabalho e de nossas vidas.

Aos genros Sérgio Rodrigues e Thiago Ipirajá pelo apoio dado a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu Orientador e Professor Doutor Dusan Schreiber, pela dedicada, responsável e competente orientação, fruto de um resultado produzido com objetivo de crescimento intelectual, bem como, a maneira acolhedora nos momentos de aflições da orientação, paciência e intelectualidade, empregada no intuito de se obter uma conclusão satisfatória e brilhante proporcionada pelas sábias orientações.

Ao Professor Doutor Iuri Andréas Reblin, por ter dado o início de maneira tranquila com muita seriedade, dedicação, compreensão e incentivo, nos momentos iniciais de preocupações e insegurança, mas que fez prevalecer à expressão “Você é capaz”.

Aos Professores e Professoras do Mestrado Profissional que durante dois anos de formação, incentivaram e ensinaram de maneira excepcional, contribuindo assim e muito para o meu crescimento moral, ético e profissional.

Aos funcionários administrativos e às funcionárias administrativas, pela paciência, acolhimento e apoio generoso prontamente exercido para com nós mestrandos e mestrandas, nos momentos mais necessitados para vencimento do árduo trabalho desejado.

Aos funcionários e funcionárias de apoio, por se empenharem com o objetivo de nos proporcionarem da melhor maneira possível, um ambiente agradável, propício a uma aprendizagem agradável.

Aos meus amigos mestrandos e amigas mestrandas pela paciência, apoio e compreensão na realização das atividades individuais e coletivas.

A Faculdade EST pelo apoio, acolhimento e dedicação Ética, Moral e Religiosa na formação pessoal e profissional de forma didática consciente e responsável.

Aos Senhores Gestores e Servidores da Reitoria, da Diretoria e da Administração do IFCE, que contribuíram de forma direta ou indiretamente, bem como, os demais colegas do Departamento de Planejamento Orçamento e Gestão do Instituto Federal do Ceará, pela compreensão e por assumir as minhas atribuições de servidor público federal quando da necessidade de minha ausência em dedicação ao mestrado.

Aos colegas administrativos pelo apoio as questões burocráticas e financeiras em zelo pelo melhor para a capacitação dos servidores e progresso do IFCE.

Ao Professor Doutor Gêvane Cunha, Coordenador do Subprojeto de Matemática do PIBID-IFCE, pela constante presença, dedicação e facilidades diante das dificuldades das informações necessárias à realização desta dissertação.

Ao Instituto Federal do Ceará pelo apoio ao crescimento pessoal, profissional e institucional, através do Programa de Capacitação, destinados aos servidores, bem como, parte do financeiro (ajuda de custo) compensado durante dois anos.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a forma de gestão implantada pelo gestor responsável no desenvolvimento das atividades educacionais, bem como as ações praticadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará do Subprojeto de Matemática – Campus Fortaleza, em observância à legislação pertinente ao programa, ao cumprimento da Legislação Civil e em comparação ao modelo de uma gestão à luz de princípios éticos. A pesquisa, cujos resultados subsidiaram a elaboração deste trabalho, é de natureza teórica, abordagem qualitativa, sendo fundamentada na revisão da literatura e levantamento documental, concernente ao tema. A pesquisa tem caráter exploratório, pois procura aumentar o grau de conhecimento acerca de práticas adotadas no processo de gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em uma instituição federal de ensino, em cumprimento às normas e à submissão ao Conselho de Ética da Faculdade EST, responsável pela orientação no que tange à construção de uma narrativa dentro dos padrões exigidos pela Legislação. O pressuposto teórico subjacente, que embasa esta pesquisa, é o de que para realizar a gestão pública eficiente e com resultados benéficos à comunidade, se faz necessário que, o gestor público ou a gestora pública, executem as ações que lhe foram confiadas, de maneira honesta, livre de corrupção e em cumprimento, por isso a importância desse gestor ou dessa gestora na adaptação organizacional das mudanças. A gestão pública deve priorizar o cidadão, a cidadã e à sociedade na condição de usuário e usuária do serviço público, de destinatário ou destinatária da ação decorrente do poder do Estado. Se os indivíduos que fazem o serviço público, entendessem a importância de ser ético, muito se avançaria nos anseios e desejos da sociedade, sem esses princípios não haveria uma preocupação com a sociedade e seus indivíduos, onde cada um e cada uma, se preocuparia apenas com os seus próprios interesses sem compreender a necessidade da população.

Palavras-chave: Gestão Pública. PIBID. IFCE. Princípios Éticos. Matemática.

ABSTRACT

This work has as general objective to analyze the management form implemented by the responsible manager in the development of the educational activities, as well as the actions practiced in the Institutional Program of Initiation Scholarships to the Teaching of the Federal Institute of Ceará of the Mathematics Subproject - Fortaleza Campus, in observance to the legislation pertinent to the program, to compliance with Civil Legislation and in comparison to the model of management in the light of ethical principles. The research, whose results subsided the elaboration of this work, is of a theoretical nature, qualitative approach, being based on literature review and documentary survey, concerning the theme. The research has an exploratory character, since it seeks to increase the knowledge about practices adopted in the process of management of the Institutional Program of Initiation Scholarships in a federal institution of education, in compliance with the norms and submission to the Ethics Council of the Faculty EST, responsible for the orientation regarding the construction of a narrative within the standards required by the Legislation. The underlying theoretical assumption underlying this research is that to carry out efficient public management and with beneficial results to the community, it is necessary for the public manager to perform the actions entrusted to him, in an honest manner, free of corruption and in compliance, therefore the importance of this manager in the organizational adaptation of the changes. Public management should prioritize the citizen and society as a user of the public service, as the recipient of the action stemming from the power of the State. If the individuals doing the public service understood the importance of being ethical much would advance in the desires and desires of society, without these principles there would be a concern with society and its individuals, where each would only be concerned with their own interests without understand the need of the population.

Keywords: Public administration. PIBID. IFCE. Ethical Principles Mathematics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 GESTÃO PÚBLICA E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS BASEADOS EM VALORES MORAIS E CRISTÃOS	19
2.1 Gestão pública e o papel do gestor	19
2.2 Princípios éticos baseados em valores morais e cristãos	27
2.3 A relação da gestão pública com os princípios éticos	36
3 DOCÊNCIA NO BRASIL E O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)	39
3.1 A origem da docência no Brasil	39
3.2 Programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID)	50
4 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) DO SUBPROJETO DE MATEMÁTICA DO CAMPUS FORTALEZA ANALISANDO A GESTÃO PÚBLICA DO PIBID NA UFCE, À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS	61
4.1 Criação	61
4.2 Projeto Institucional	61
4.3 Ações estratégicas para inserção dos bolsistas nas escolas	62
4.4 Estratégias adotadas para promover a capacidade comunicativa do licenciando.....	64
4.5 Realização da seleção, acompanhamento e avaliação dos bolsistas de supervisão e de iniciação à docência	66
4.6 Sistemática de registro e acompanhamento dos bolsistas egressos	66
4.7 Atividades realizadas para socialização dos impactos e resultados do projeto, além da realização do Seminário Institucional de Iniciação à Docência	68
4.8 Resultados e impactos do projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	69

4.9	Descrições das ações de um dos subprojetos desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, mais especificamente na área de matemática	71
4.10	Análise da gestão pública do PIBID na UFCE, á luz dos princípios éticos	76
5	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa investigar à luz dos princípios éticos o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, seus resultados e à ação do gestor público no Instituto Federal do Ceará. Será avaliada a eficiência dessa gestão, a ética e à correspondência aos interesses da sociedade e aos Princípios Constitucionais da Eficiência e da Legalidade. O Princípio da Eficiência impõe ao gestor público a realização das suas atribuições administrativas com presteza, perfeição e retorno funcional e exige não apenas o cumprimento legal do exercício, mas também o alcance de resultados positivos para a gestão pública e a satisfação no atendimento às necessidades da sociedade, sempre em observância ao cumprimento do Princípio da Legalidade.

Muitos são os conceitos de Moralidade e Legalidade. Esses princípios são temas de palestras e estudos, na busca da tênue linha que marca o início e o fim de cada um. Por toda essa subjetividade, são possíveis diferentes interpretações. Há um interesse em descobrir a influência da sociedade nas ações de seus gestores juntos aos programas educacionais desenvolvidos em cumprimento às regras curriculares, quando essas são repassadas como verdade a coletividade.

Cotidianamente somos bombardeados por informações sobre corrupções praticadas por gestores públicos em órgãos, associações e empresas privadas. Impulsionada pelo momento de fragilidade política, surge a inquietação de realizar a análise dos atos praticados por esses gestores apresentando a importância do respeito aos princípios constitucionais para atendimento das verdadeiras necessidades da coletividade e fortalecimento das instituições educacionais nacionais.

O foco principal do trabalho é a análise destes princípios nas ações dos gestores públicos na gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Subprojeto de Matemática do Instituto Federal do Ceará – *Campus Fortaleza*, sua criação, seu público de atendimento e limitações. O estudo leva a ponderações sobre as possíveis fragilidades do programa, à luz de princípios éticos e valores morais. Muitas são as interrogações sobre sua eficácia, deste modo, a ênfase para importância do estudo.

Eficiência é o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus.¹

Subtende-se que para realizar uma gestão pública eficiente e com resultados benéficos à comunidade, se faz necessário que, o gestor público execute as ações que lhe foram confiadas, de maneira honesta, livre de corrupção e em cumprimento, principalmente, a legislação imposta para que se tenha uma educação digna de uma sociedade mundialmente respeitada.

Nesta perspectiva este trabalho visa evidenciar aspectos relacionados à forma de gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará do Subprojeto de Matemática do Campus Fortaleza e suas aplicabilidades à luz de Princípios Éticos. É importante a gestão pública com os princípios éticos, pois desse modo pode-se identificar as possíveis inconformidades e avaliar com clareza a docência no Brasil por meio de sua atuação em Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O percurso metodológico utilizado para a elaboração desse estudo através de uma pesquisa de natureza teórica com uma abordagem qualitativa, sendo fundamentada na revisão da literatura e levantamento documental, concernente ao tema. Essa pesquisa também consiste em um caráter exploratório, pois buscou aumentar o grau de conhecimento acerca de práticas adotadas no processo de gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na instituição federal de ensino, em cumprimento às normas e à submissão ao Conselho de Ética da Faculdade EST, responsável pela orientação dentro dos padrões exigidos pela Legislação.

A pesquisa tem como objetivo apurar a forma de gestão implantada pelo gestor responsável pelo desenvolvimento das atividades educacionais, bem como as ações praticadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará do Subprojeto de Matemática – Campus Fortaleza, em observância à legislação pertinente ao programa, ao cumprimento da Legislação Civil e em comparação ao modelo de uma gestão ética e teológica, através de fontes bibliográficas, citações e relatos de experiências, assim como situações práticas

¹ AZEVEDO, Eurico de Andrade et al. *Direito Administrativo brasileiro*. 20. ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 1995.

vivenciadas, com o intuito de contribuir de forma plausível para uma gestão dentro de padrões humanitários e eficientemente, com vistas não apenas à quantidade, mas, sobretudo, à imprescindível qualidade, característica indispensável a uma gestão transparente, eficaz e eficiente, de caráter aprovativo pela sociedade educadora necessitada e de uma qualificação digna de direitos e deveres constitucionais.

O tipo de pesquisa influencia muito na forma como deverá ser o conduzido um estudo, neste caso para Lakatos e Marconi, a pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos.²

Prodanov e Freitas afirmam que a pesquisa científica é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos.³

Nesse sentido, o trabalho usou de procedimentos bibliográficos, por meio de livros, artigos e de documentos, além de sites da internet, visando reunir conceitos sobre o assunto, objetivando colher dados necessários para fundamentar o referencial teórico deste estudo.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.⁴ De acordo com Severino, a pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.⁵

Portanto, a descrição bibliográfica é de natureza teórica e a pesquisa terá caráter exploratório, para a averiguação de práticas e construção de conhecimento, em cumprimento às normas e à submissão ao Conselho de Ética da Faculdades EST, responsável pela orientação no que tange à construção de uma narrativa dentro dos padrões exigidos pela Legislação.

Os dados mencionados no delineamento da pesquisa serão obtidos através do método de coleta de dados como: atas, planilhas e relatórios fornecidos pelos responsáveis pela gestão do PIBID-IFCE, quanto ao quantitativo de profissionais e de beneficentes que participam do programa.

² LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 207.

³ PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 44.

⁴ LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 209.

⁵ SEVERINO, 2007, p. 122.

O estudo foi dividido em 03 (três) capítulos estruturados da seguinte forma: O primeiro capítulo trouxe uma abordagem sobre a Gestão Pública por meio de conceitos princípios e conhecimentos resgatados da Administração Pública e Constituição Federal. Seguindo, portanto para o segundo capítulo o qual apresenta a Docência no Brasil com as primeiras escolas de professores precisamente no ano de 1827 e a criação específica da Lei das Escolas implantada no Brasil e modificada ao longo do tempo até chegar ao que se tem atualmente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O terceiro capítulo é direcionado ao programa institucional de bolsas de iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará (IFCE) do subprojeto de matemática do campus Fortaleza o qual proporciona aos licenciados bolsistas de iniciação à docência o conhecimento das realidades institucionais, seguido de análise da gestão pública do PIBID na UFCE, à luz dos princípios éticos uma reflexão de tudo que foi visto ao longo desse estudo. Por último segue-se com a conclusão e referências bibliográficas.

2 GESTÃO PÚBLICA E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS BASEADOS EM VALORES MORAIS E CRISTÃOS

2.1 Gestão pública e o papel do gestor

A Administração Pública funciona como instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, com o objetivo de dar atenção plena às necessidades coletivas da sociedade. A nova gestão pública se inspira na política da Democracia, nas abordagens alternativas à gestão e ao design organizacional, que procede de uma tradição humanista da teoria da administração pública, com inteligência, excelência na prestação de serviços ao cidadão, mas com transparência, responsabilidade e eficiência.

Eficiência é o que se impõe a todo agente público nas suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.⁶

A administração pública contemporânea está alicerçada, sobretudo, no planejamento estratégico, na inovação e na inteligência organizacional, em busca da excelência na prestação de serviços com foco no cidadão, com transparência e responsabilidade.⁷

Gestão é um termo que pode ser mais bem compreendido se analisado em três dimensões: referentemente ao Todo Administrativo, responsável pela criação de um ambiente favorável ao desempenho das atividades de todas as áreas; referentemente às áreas de gestão (Gestão de RH, Gestão de Finança e Gestão da Produção, etc.), que compreende recursos, técnicas e ferramentas; e, por último, referentemente à Gestão de Gerir, em que se ultrapassam as funções de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da área, mediante

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo, 2004.

⁷ CASTRO, Ana Cristina; CASTRO, Cláudia Osório de. *Gestão pública contemporânea*. Curitiba: Inter Saberes, 2014.

conhecimentos, técnica e ferramentas inovadoras, na busca de melhores resultados em todos os aspectos possíveis.⁸

Robert B. Dinhardt descreve o novo serviço público como uma alternativa à velha Administração Pública e à nova Gestão Pública.⁹ Nesse sentido, há dois temas que fundamentam o serviço público: promover a dignidade e o valor do novo serviço público e reafirmar os valores da Democracia, da cidadania e do interesse público como valores proeminentes da Administração Pública.

O papel do gestor e da gestora é de grande importância, devido à adaptação organizacional das mudanças locais, nacionais e mundiais, motivo pelo qual é fundamental que ele e ela tenham habilidades e competências, que estejam estrategicamente preparados para escutar, dar e receber feedbacks e, principalmente, desfrutarem de uma comunicação eficaz, requisitos mínimos e básicos para deslumbrar uma gestão eficiente.

O papel do administrador é promover integração e articulação entre as variáveis humanas (habilidades, atitudes, competência, valores e necessidades individuais) e organizacionais (missão, objetivos, estrutura, tecnologia e tarefas) focando o ambiente e o cliente, pois, planejar, organizar, controlar e dirigir são ações responsáveis por essa integração e articulação.¹⁰

A excelência em gestão pública é interpretada pela atenção prioritária dada ao cidadão, à cidadã e à sociedade na condição de usuário do serviço público, de destinatário da ação decorrente do poder do Estado, conforme Decreto de nº. 6.932, de 11 de agosto de 2009, elaborado com foco no cidadão, para descomplicar e assegurar qualidade no atendimento ao cidadão e os serviços públicos em geral.

No contexto da qualidade, a excelência no serviço público é tida como a satisfação das expectativas e necessidades do cidadão. Excelentes são os serviços que, além de atender às necessidades do cliente-cidadão, são capazes de superá-las. A completa satisfação do cliente-cidadão em relação aos serviços públicos

⁸ PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública: Teorias e Questões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁹ DINHARDT, Robert B. *Teoria da administração pública*. 6. ed. Trad. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

¹⁰ CHIAVENATO, Idalberto. *Administração geral e pública: provas e concursos*. 4. ed. Barueri: Manole, 2016.

decorre da confluência de duas situações: serviço de excelência e excelência no atendimento.¹¹

O Modelo de Excelência em Gestão Pública está relacionado à qualidade das práticas de gestão (liderança, estratégias e planos, cidadãos e sociedade, informação e conhecimento, pessoas e processos). O sistema de gestão pode ser avaliado por meio da qualidade dos resultados, a partir dos efeitos resultantes do movimento interno dos elementos do sistema de gestão, que podem ser imediatos, internos e externos.¹²

Os fundamentos de Excelência da Gestão, propagados pela Fundação Nacional da Qualidade (vide Critérios de Excelência FNQ, 2009), que hoje se aplicam no Brasil, são: pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, cultura de inovação, liderança e constância de propósitos, orientação por processos e informações, visão de futuro, geração de valor, valorização das pessoas, conhecimento sobre o cliente e o mercado, desenvolvimento de parcerias e responsabilidade social.¹³

A Gestão Pública tem como pilar os fundamentos de excelência gerencial, orientados para sustentar o Modelo de Excelência em Gestão Pública e os Princípios Constitucionais: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência:

Art. 37. CF. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...].¹⁴

A gestão por si é um processo de tomada de decisão baseado em conceitos e princípios, os quais possuem relação entre si, tendo como principal objetivo garantir a existência de uma organização. Esta gestão é relevante por organizar, implementar e avaliar as políticas públicas de competência do Estado. Portanto, é clara a importância da gestão pública na realização do interesse público, pois é ela que vai possibilitar o controle da eficiência do Estado na realização do bem comum estabelecido politicamente e dentro das normas administrativas. Segundo Catelli...

¹¹ PALUDO, Augustino Vicente. *Administração pública: teoria e questões*. 2. ed. Rio de Janeiro: El Servier, 2012.

¹² LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gestor público*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007. p. 43.

¹³ CASTRO; CASTRO, 2014, p. 12.

¹⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

A gestão caracteriza-se pela atuação em nível interno da empresa que procura otimizar as relações recursos-operação-produtos/serviços, considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que impactam as atividades da empresa em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais.¹⁵

Conforme Serejo,¹⁶ ainda que haja tamanha expressão da conduta ética fundamentação da gestão pública, ainda assim, muitos gestores e muitas gestoras, não a levam em consideração, apresentando desvios de conduta que se repercutem em: corrupção, abuso do poder, nepotismo, propina, desvio de recursos públicos, falta de decoro parlamentar, falácias e promessas enganosas, compra de votos, assédio moral, além de inúmeras outras práticas abusivas, descabidas e ilícitas.

A Gestão Pública atualmente tem incorporado novos conceitos como governabilidade, governança e *accountability*, o que explica acontecimentos e fatos que trouxeram mudanças consideráveis nos arranjos institucionais, incorporando as práticas políticas.¹⁷

Um dos aspectos introdutórios ao estudo da Gestão Pública refere-se à governabilidade. Governabilidade compreende, segundo Bresser Pereira, um tema muito debatido no país em virtude da crise fiscal relacionando a capacidade legítima do Estado de implementar suas políticas, por meio do governo em relação à sociedade civil e o mercado.¹⁸

A gestão pública refere-se a condições sistêmicas por intermédio do exercício do poder isso envolve características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário, o sistema de intermediação de interesses e outros.¹⁹

O Estado tem o poder de governar e possui legitimidade para tal, além de agregar muitos interesses e também representa os de sua própria instituição. Essa gestão deve passar uma imagem institucional favorável junto à sociedade transmitindo confiança aos indivíduos e a todos os interessados e todas as interessadas em sua atuação.²⁰

¹⁵ CATELLI, 2001, p. 57.

¹⁶ SAREJO, 2010, p. 06.

¹⁷ MOREIRA, Valéria L. *A qualidade do atendimento e os serviços prestados*. Dissertação, UEA/FGV, 2016. p. 62.

¹⁸ PEREIRA, Bresser, 2007, p. 33.

¹⁹ DINIZ, 1996.

²⁰ MOREIRA, 2016, p. 103.

De acordo com Moreira essa gestão pública na realidade assegura às partes interessadas equidade; transparência e responsabilidade pelos resultados, com obediência aos princípios constitucionais e às políticas de consequência.²¹

A gestão pública tem sido chamada por alguns autores de governança pública, pois se refere ao modo que essa opera nas políticas públicas governamentais, incluindo questões voltadas para a política e instituição no processo decisório, ou seja, uma mistura de políticas e programas.²²

Assim, verifica-se que o tema governança (gestão pública) tem adquirido grande importância e tem evoluído para expressar uma variedade de ideias que não se esgotam, assumindo novas definições, que expressam o movimento da nova gestão pública, operando num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo e indo além do conceito de governabilidade, que tem uma dimensão essencialmente estatal, vinculado ao sistema político-institucional.²³

O setor público possui uma dinâmica que requer um atendimento específico para determinadas situações, o qual permita uma igualdade das mesmas práticas adotadas na gestão privada em virtude das diferentes situações no que se refere as duas formas de gestão pública e privada, vale ressaltar que não se pode confundir esses modelos, pois são totalmente diferentes a começar por suas práticas as quais precisam de adaptação na gestão pública.²⁴

Com esse pensamento, Moreira evidencia que na gestão pública é preciso haver uma reinvenção do governo sem a substituição do mercado, ou seja, visa a supremacia do interesse público, possuindo uma obrigatoriedade na continuidade da prestação dos serviços públicos.²⁵

De acordo com Moreira a Constituição Federal tem um conjunto de normas para adoção da gestão pública mesmo não sendo ainda integralmente implementado em virtude do não gerenciamento dos administradores públicos que insistem em pensar e agir sob a égide de velhas formas, as quais não possuem qualquer respaldo na Constituição da República.²⁶

Atualmente a gestão pública é aplicada em situações equivalentes à racionalidade das empresas e implementada em várias técnicas utilizadas na gestão

²¹ MOREIRA, 2016, p. 105.

²² MELO apud SANTOS, 1997, p. 341.

²³ MOREIRA, 2016.

²⁴ MOREIRA, 2016.

²⁵ MOREIRA 2016 apud OSBORNE; GAEBLER, 1992, p. 134.

²⁶ MOREIRA, 2016, p. 96.

privada, a qual tem sido dinâmica e flexível para a administração pública, como por exemplo, nos modelos de qualidade, planejamento estratégico e o *balanced scorecard*; a mensuração do desempenho, por meio de indicadores; a gestão dos processos de trabalho; os modelos de gerenciamento de projetos; o *benchmarking*; *brainstorming*; controles estatísticos e outros.²⁷

Nesse sentido Moreira afirma que a gestão pública utiliza-se de vários processos estruturados e de ferramentas que propiciam os resultados de uma ação governamental, sendo essencial a construção de um sistema de indicadores que monitorea e avalia ações, por meio de dimensões na área de economia, eficiência, eficácia e efetividade.²⁸

Vale ressaltar, que o exercício da cidadania passa primeiro pelo conhecimento do indivíduo que é o público-alvo do serviço público, ou seja, os clientes possuem seus direitos e deveres e devem participar ativamente do processo de gestão pública, seja mostrando as necessidades e demandas ou mesmo controlando e cobrando seus direitos.

Portanto, a sociedade deve participar para o controle social acompanhando e verificando todas as ações realizadas pela gestão pública, além da avaliação de políticas públicas e dos resultados. No que se refere às políticas públicas por meio da democracia foi incorporada pela Constituição Federal a participação da comunidade nessa gestão pública.

Diversos instrumentos de participação dos indivíduos na gestão das políticas públicas vêm sendo inseridos no Brasil, de maneira que a sociedade possa atuar nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados, por meio do chamado orçamento participativo, plebiscito e da iniciativa popular legislativa, conselhos municipais, órgãos de fiscalização e o portal da transparência.²⁹

De acordo com os princípios constitucionais, apresentam os primeiros fundamentos, os quais orientam o modelo de gestão pública, que para ter excelência precisa dos seguintes princípios, conforme o artigo 37 da CF/88:

Legal: estrita obediência à lei; nenhum resultado poderá ser considerado bom nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da lei.

²⁷ MOREIRA, 2016, p. 96.

²⁸ MOREIRA, 2016, p. 97.

²⁹ MOREIRA, 2016, p. 97.

Impessoal: não fazer acepção de pessoas. O tratamento diferenciado restringe-se apenas aos casos previstos em lei. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço público de qualidade e devem ser agregados a todos os usuários indistintamente.

Moral: pautar a gestão pública por um código moral. Não se trata de ética (no sentido de princípios individuais, de foro íntimo), mas de princípios morais de aceitação pública.

Pública: ser transparente, dar publicidade aos fatos e aos dados. Essa é uma forma eficaz de indução do controle social.

Eficiência: fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto.³⁰

Para José Pereira, “o esforço para criar uma cultura empreendedora na Administração Pública é um fator-chave para a elevação da gestão pública no Brasil, em termos de resultados e qualidade dos serviços públicos ofertados”.³¹

Portanto o que se pode observar é que a gestão pública deixa de ser voltada apenas para as rotinas e procedimentos burocráticos internos e passa a ser colocada como um meio para que governantes, políticos, administradores e sociedade se utilizem na viabilidade de políticas públicas as quais possam fortalecer a democracia através de níveis altos de justiça social e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável.³²

A gestão pública no Brasil passa por um intenso processo de transformação, influenciado principalmente por uma redemocratização do país e da reforma do Estado, dissociando uma de suas estruturas principais para proximidade de uma ação pública nas reais aspirações da sociedade.³³

Paludo³⁴ apresenta um modelo de gestão pública autônoma de maneira a afunilar a vinculação de uma ação pública às suas finalidades e ao alcance dos resultados esperados. Pressupõe que a experiência de novos paradigmas surge na relação da Administração Pública e dos administrados, os quais valorizam a flexibilidade, a negociação, o uso criterioso da discricionariedade, o exercício da ponderação entre interesses, valores e direitos, e, principalmente, a motivação do ato administrativo.

³⁰ MOREIRA, 2016, p. 173.

³¹ PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2009. p. 36.

³² PALUDO, 2015, p. 267.

³³ SHOMMER, Paula Chies. Gestão pública no Brasil. Notícias do teatro de operações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, 2005.

³⁴ PALUDO, 2015, p. 249.

Portanto, não são as leis, normas ou técnicas que se caracterizam em uma gestão pública como de excelência, ou seja, são valores fundamentais, que precisam ser internalizados por todos os indivíduos das organizações públicas, os quais definem a gestão de uma organização como excelente. Conforme Valéria Moreira: “a qualidade é uma filosofia de gestão e um compromisso com a excelência baseada na orientação para o cliente”.³⁵

A gestão pública está inserida num contexto de crise fiscal e econômica trazendo assim, a falta de arrecadação e, conseqüentemente, a elevação dos custos, por outro lado, tem-se a crise de pagamento da dívida pública, é, portanto, nesse momento que ganha força a ideia de “Estado mínimo” movido pelos trabalhadores e o máximo destinado ao capital.³⁶

Segundo Benini *et al*, diante de tal circunstância com pouco crescimento e com a crise da dívida, somente diminui o processo de investimento público, e ao mesmo tempo, potencializa as práticas patrimonialistas, que historicamente veem no fundo público uma fonte para manter status e renda em patamares elevados nos momentos de crise econômica generalizada.³⁷

Trata-se, portanto de vários passivos que determinam a agenda pública, ou seja, acabam gerando um conjunto de processos e ações públicas prioritárias, o que conseqüentemente apresentou-se inúmeras falhas operacionais e um processo por demais oneroso e formalista. É nesse cenário que surge a ideia de elaborar uma administração pública gerencial.³⁸

Essa ideia de elaboração de uma administração pública surge inspirada no “gerencialismo” anglo-saxão, junto a ela tem-se um pensamento de provável avanço na gestão pública, partindo do fato que a administração pública patrimonialista foi completamente superada pela administração pública burocrática, sendo esta superada pela chamada nova administração pública ou administração pública gerencial.³⁹

Em suma, pode-se verificar que a gestão pública atualmente é configurada entre o poder do Estado e as ações das empresas privadas, o que prejudica no bom funcionamento administração pública pela falta de dinamismo e rapidez na resolução

³⁵ MOREIRA *apud* PALUDO, 2008, p. 235.

³⁶ BENINI *et al*, 2011, p. 222.

³⁷ BENINI *et al*, 2011, p. 223.

³⁸ BENINI *et al*, 2011, p. 223.

³⁹ BENINI *et al*, 2011, p. 223.

de demandas da população, pois o processo de gestão deve ser algo que traga uma organização ao sistema público na medida em que, também atenda a demanda dos indivíduos de forma eficiente e eficaz.

Talvez, quando se tem princípios éticos, baseados em valores morais e cristãos, pode-se fazer uma gestão pública coerente, que atenda de fato os interesses e anseios de uma sociedade, são esses princípios éticos que podem influenciar o bom funcionamento da administração pública, e esse será o foco da próxima seção.

2.2 Princípios éticos baseados em valores morais e cristãos

O conceito ético é um termo derivado do grego *ethos* que significa caráter de uma pessoa, ou seja, conjunto de valores morais e princípios sociais e cristãos que norteiam a conduta humana na sociedade, proporcionando o equilíbrio e o correto funcionamento social de uma sociedade e seus grupos.⁴⁰ Apesar de ser confundida com as leis, está relacionada diretamente com o sentimento de justiça social.

Historicamente, é comum fazer uma relação significativa e proveitosa no que tange à ética e aos estudos científico, filosófico e teológico, mas também, e de forma evidente, aos valores morais e princípios éticos, entre tantos, como:

- ✓ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas, como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- ✓ Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- ✓ Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Segundo Moore, caberá à ética “indicar as razões que nos asseguram que os nossos juízos acerca do caráter das pessoas ou acerca da moralidade das ações são verdadeiros ou falsos”.⁴¹ Ele defende que a ética se relaciona categoricamente à conduta humana e que não se pode reduzir apenas à conduta, diante da

⁴⁰ MOORE, G. E. Princípios éticos. In: RUSSELL, B.; MOORE, G. E. *Pensadores*. Trad. Pablom Ruben Mariconda. São Paulo: Victor Civita, 1974. p. 230.

⁴¹ MOORE, 1974, p. 231.

complexidade dos fatos, pois, ao se discutir “virtude, vício, dever, certo ou errado, obrigação”⁴² trata-se expressivamente de ética.

Assim é, portanto, por meio da ética e seus princípios que o ser humano avalia os outros, bem como, a si próprio, no intuito de buscar construir experiências e conceitos, uma vez que, a ética e os conceitos aplicáveis aos atos humanos, está ligado à moral, termo originado do latim, *Morales*, que significa costumes, ou seja, conjunto de regras adquiridas através da cultura, educação, tradição e do cotidiano, os quais orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade, cujos princípios morais como a honestidade, a bondade, o respeito e a virtude, determinam o sentido moral de cada indivíduo. São valores universais que regem a conduta humana e as relações saudáveis e harmoniosas. Considerando-se essa mesma linha de pensamento, é muito importante abordar aqui a síntese de Moreira:

O ideal moral seria, em síntese, um valor supremo, interpretado diferentemente segundo as várias posições filosóficas. Para o eu demonismo este valor supremo seria a felicidade; para o estoicismo, a virtude; para o cristianismo a caridade. Na filosofia política, seria: para o liberalismo a liberdade; para democracia, a igualdade; para o socialismo, o bem comum.⁴³

Dialogicamente, Aristóteles discute a Ética como uma ciência prática que tem como objetivo, o individual e o social, pois o homem é dotado de um conjunto harmônico de leis que comandam o universo, criado por Deus, vigiado diariamente no que diz respeito aos valores e atitudes cristãs, formando uma inteligência cósmica onipresente que se plenifica no pensamento humano. Ele está sempre em busca de um bem, seja individual e/ou social e o maior de todos esses bens é a felicidade, mesmo que não seja total. Portanto, a ética, como ciência prática, busca investigar a virtude como fonte criadora de uma doutrina segundo a qual a felicidade é o objetivo da vida humana. A felicidade não se opõe à razão, mas é a sua finalidade natural e essa era a posição sustentada por todos os filósofos da Antiguidade, apesar das diferenças acerca da concepção de felicidade de cada um deles.

Ele mostra que a virtude moral humana diz respeito a prazeres ou dores, e as virtudes estão diretamente ligadas às ações e paixões, e estas, conseqüentemente, são acompanhadas de prazeres ou dores, certamente

⁴² MOORE, 1974, p. 231.

⁴³ MOREIRA, J. M. *A ética empresarial no Brasil*. Revisão Janice Yunes et al. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. p. 52.

responsáveis em regular a conduta das ações. Aristóteles combate o extremo, visa ao equilíbrio e ao caráter. A doutrina da mediania aponta que, para se conseguir alcançar a virtude, é preciso estabelecer um juízo de proporcionalidade entre o excesso e a carência.

A noção de se viver bem combina com a constante necessidade do ser humano de exercitar a habilidade que lhe é peculiar e que o torna diferente dos demais seres: o raciocínio, o pensar, a virtude intelectual. Na medida em que se atualiza o modo de pensar, ou seja, que age com a razão, ele se autorrealiza, buscando o bem maior da vida humana, que é a felicidade. Segundo Aristóteles:

A justiça, então, nesse sentido é virtude perfeita, ainda que com uma qualificação, a saber, que é exibida aos outros (e não no absoluto). Eis a razão porque a justiça é considerada amiúde como a virtude principal, não sendo 'nem a estrela vespertina ou a matutina' tão sublime, de modo que dispomos do provérbio.⁴⁴

E assim analisando os pensamentos, pode-se dizer em primeira mão que a escola, como instituição de ensino, tem como objetivo proporcionar um meio justo de levar o ser humano a buscar o desenvolvimento intelectual, o melhor no modo de agir, de desenvolver habilidades, a equidade, a reciprocidade, a dignidade, a mediania, enfim, um viver melhor, ou seja, com felicidade.

Para se compreender a ética é preciso ter um conhecimento profundo em campos do saber, como a filosofia, tanto na teoria, quanto em sua metodologia e se faz necessário nesse estudo. Existem diferentes correntes de pensadores que procuram conceituar e identificar à ética, de acordo com Passos (2008) e Thiry-Cherques (2008) apresenta de forma clara e objetiva um pensamento reflexivo sobre a ética por meio de conceitos, englobando pontos como: a liberdade, a moral e a responsabilidade, a fim de entender a ética numa estrutura organizacional e conseqüentemente inserindo a gestão. Segundo Silva:

Ética - Derivado do grego *ethikós*, é definida como a ciência da moral. Mas na terminologia da técnica profissional, é o vocabulário usado, sob a expressão de ética profissional, para indicar a soma de deveres, que estabelece a norma de conduta do profissional no desempenho de suas atividades e em suas relações com o cliente e com todas as demais pessoas com quem possa ter trato. Assim, estabelece a pauta de suas ações em todo qualquer terreno, onde quer que venha exercer sua profissão.⁴⁵

⁴⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2002. p. 61.

⁴⁵ SILVA, 1980, p. 641.

A gestão organizacional é ponto importante tanto para uma organização privada, quanto para a pública, portanto é assunto abordado por teóricos da Escola de Frankfurt que uniu a filosofia com as ciências sociais a fim de desenvolver uma razão crítica no qual se referia ao homem como uma vítima de sua própria técnica.⁴⁶

No entanto, muito antes destes teóricos de forma muito discreta na antiguidade era desenvolvida doutrinas voltadas para a ética iniciando-se por Sócrates, Platão, Aristóteles, Epicuro e Zenão; na Idade Média com Santo Agostinho e Tomás de Aquino; na Idade Moderna com Immanuel Kant; para chegar-se na contemporaneidade de Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Charles Sanders Habermas é também apresentado.⁴⁷

De acordo com a autora, existe uma quantidade de doutrinas diferentes com relação à ética, pois cada sociedade e cultura criam valores morais distintos os quais correspondem a sua própria história, interesses e necessidades, pois na Idade Antiga os pensadores já articulavam sua própria moral de homens livres, enquanto na Idade Média, essa moral era baseada na religião por meio de uma vida melhor e mais plena. Na Idade Contemporânea, o homem era a origem e o fim da ética, o qual deveria ser capaz de ter como garantia os direitos fundamentais a todos e todas.

Para Horkheimer⁴⁸, a teoria crítica propicia o esforço de transcender a tensão e abolir a oposição entre o propósito, à espontaneidade e a racionalidade do indivíduo e as relações do processo de trabalho em que a sociedade está fundamentada. Nesse sentido, para o autor, a teoria crítica expressa preocupação em abolir a injustiça social por meio do aumento da liberdade em todas as formas.

Enquanto Habermas percebe que é necessário desenvolver uma análise por meio de condições generalistas de racionalidade apresentada pelas diferentes formas de capacidade e poder do ser humano.⁴⁹ Por isso, é uma alternativa de incorporar o conhecimento prático, à cognição, ao discurso e à ação como apresenta em “Ética do Discurso”, Habermas explica que os princípios de justiça e solidariedade são advindos do mesmo campo chamado moral.⁵⁰ Quando se tem a socialização acaba gerando a individualização e conseqüentemente a moral deverá

⁴⁶ PASSOS, 2008, p. 26.

⁴⁷ PASSOS, 2008, p. 26.

⁴⁸ HORKHEIMER, 1975, p. 188-243.

⁴⁹ HABERMAS, 2000, p. 21.

⁵⁰ HABERMAS, 2000, p. 16.

resguardar os direitos individuais esquecendo assim da comunidade a qual este indivíduo está inserido.

Conforme algumas correntes éticas voltadas para a economia moral, como Aristóteles, no qual o foco é a busca da felicidade, conhecida como eudemonia. Para Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau que são precursores dessa economia moral do contrato, onde a ética advém de um acordo. Immanuel Kant afirma que a economia moral do dever, cuja premissa é a conciliação da vontade com a racionalidade, é uma ação moral decorrente de fundamentos racionais, de conceitos deontológicos, representados pelo imperativo do dever.⁵¹

Jeremy Bentham e John Stuart Mill fundamentam a economia moral da utilidade, que tem como máxima a ética proporcionar “o maior bem para o maior número de pessoas”. Enquanto John Rawls afirma que a economia moral da justiça é fundada em princípios e postula: “um ato é justo e moral não porque é bom, mas porque é consoante o reto proceder”.⁵²

Existe ainda a chamada economia moral do relativismo que reúne uma considerável corrente de pensamento, ou seja, a economia moral da intuição é o expoente de acordo com George Edward Moore, por último têm-se a economia moral do pluralismo que não é uma posição ética, mas uma posição sobre a ética, a qual não corresponde com uma corrente de pensamento definida. Sendo assim, Jaguaribe explica as variedades éticas:

A despeito da variedade das formulações éticas, determinadas por distintas condições histórico-sociais e distintas alternativas filosóficas, há um substrato preceptivo comum a todas as éticas. Todas as modalidades relevantes de ética proíbem formas injustas de matar. Todas condenam a indevida apropriação de bens de terceiros. Todas, por outro lado, são comandadas por certa noção da justiça, da lealdade e do cumprimento do compromisso.⁵³

A conceituação de ética vem da sociedade organizada por padrões morais refletidos na política, economia e princípios sociais das pessoas inseridas em um determinado meio. Para Vásquez, o valor da ética está naquilo que ela explica, pois estuda a conduta humana sob a ótica dos valores, dos princípios, das normas e dos

⁵¹ MENDES, Annita Valléria Calmon. *A Administração Pública e o Sistema de Gestão da Ética: uma análise da política de promoção da ética no Poder Executivo Federal*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA. UNB: Brasília, 2014. p. 26-27.

⁵² MENDES, 2014, p. 26-27.

⁵³ JAGUARIBE, 2008, p. 580.

juízos morais.⁵⁴ O indivíduo procura compreender o modo de ser e manifesta um comportamento adquirido por hábito, que aperfeiçoa a capacidade de receber as virtudes no qual ocorre à ética.⁵⁵ Vásquez criou uma argumentação sobre ética muito explicativa, que promove uma melhor compreensão sobre o tema no âmbito das ciências sociais, apresentado por Mendes.

Vásquez (2002) assevera que ao comportamento prático-moral do homem como ser social sucede a reflexão sobre ele. A transcendência do plano da prática moral para o da teoria da moral, ou seja, da moral vivenciada para a moral reflexa, constitui a esfera dos problemas éticos que se caracterizam pela generalidade [...]. Segundo o mesmo autor define ética como “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Para o autor, o valor da ética como teoria está naquilo que explica, pois estuda um comportamento humano que é considerado valioso, obrigatório e inescapável: os princípios, valores, normas e juízos morais. Moral e ética denotam um comportamento adquirido ou conquistado por hábito; moral do latim *mos* ou *mores*: costume ou costumes; ética do grego *ethos*: modo de ser ou caráter. A moral é um fato histórico e deve ser considerada como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo [...].⁵⁶

Para Leff⁵⁷, ética é arte e filosofia da qualidade de vida, é a via para que se recriem os sentidos existenciais e “a razão se reconecte com a paixão e o pensamento como sentimento”. De acordo com o autor a ética é considerada uma maneira criativa na reconstrução de pensamentos e sentimentos, o que transforma na vontade de poder e ser, no entanto, se faz necessário não se restringir ao dever, mas construir uma ética social subjetiva incorporada, a partir dessa ideia, a ética transcenderá ao âmbito deontológico e tornar-se-á mais que um simples código de conduta. O autor propõe que o conceito de ética pode ser também sustentável, o que acaba modificando ideais de racionalidade na contemporaneidade, uma vez que o objetivo da ética é voltado para o bem da coletividade.

Rodriguez⁵⁸ tem uma visão reflexiva sobre a ética a partir de um estudo da sociologia fenomenológica de Schütz⁵⁹ a qual explica dois conceitos um para o termo “motivo a fim de” e outro para o “motivo por que”. Schütz traz um conceito sobre as experiências subjetivas que se desprendem da vida espontaneamente, sendo assim essas experiências preconcebidas, acabam sendo uma ação ou um

⁵⁴ VÁSQUEZ, 2002, p. 26.

⁵⁵ ARISTÓTELES, 2007, p. 27.

⁵⁶ MENDES, 2010, p. 28-29.

⁵⁷ LEFF, 2008, p. 446.

⁵⁸ RODRIGUÉZ, 2011, p. 29.

⁵⁹ SCHÜTZ, 1979, p. 67.

comportamento motivado.⁶⁰ É importante diferenciar esses dois conceitos, pois o motivo está enquadrado no aspecto subjetivo enquanto o “motivo a fim de” representa o fim pelo qual um indivíduo levou a praticar uma ação; o outro, o “motivo por que” aduz experiências passadas que são determinantes à ação de um ator.

Para Alencastro, a ética não se orienta mais em princípios universais já preestabelecidos. Seria um ânimo ou muitas vezes uma ilusão que pode promover a reflexão e a crítica com relação às atitudes do ser humano. Conseqüentemente, influenciando nas normas jurídicas e em ações políticas. A ética é pautada em perspectivas abertas sendo considerada, portanto, um relacionamento entre a autonomia e os deveres de um indivíduo quando confrontado.⁶¹

Essas diferentes visões e entendimentos sobre a ética são necessárias para a compreensão dela com relação a gestão pública, pois está presente nos diversos campos do saber, é buscar compreender o entendimento da ética, a qual estimula a compreensão de fenômenos subjetivos, os quais formam uma sociedade reflexiva. Segundo Passos e Jaguaribe, as condições históricas e sociais, os interesses e as necessidades são fatores de desenvolvimento da cultura, dos princípios e dos valores de uma sociedade, que, por sua vez, contribuem para o questionamento ético por diferentes parâmetros.⁶²

A ética pode ser considerada ação humana balizada em valores e princípios ligados ao bem comum. Para construir uma ação ética, o indivíduo precisa ter certas habilidades que o tornem capaz de discernir para fazer escolhas, compreendendo que elas repercutem em si mesmo, no outro e no coletivo: ser autônomo, consciente de seus atos, atitudes e atividades tendo clareza de suas finalidades e relacionando-as com a sua vida e a dos outros seres. A conduta ética pressupõe consciência e autonomia.⁶³

O consumo é configurado de forma utilitarista, resumindo assim a vida e afastando a possibilidade da ética e da consciência, sendo quase impossível estudar a ética e a moral sem compreender a vida do indivíduo no mundo contemporâneo, como também, entender as funções sociais e as relações humanas na íntegra.⁶⁴ Muito se pensa sobre a ética e no que ela está relacionada, pode-se dizer que a mesma está condicionada a sociedade e a cultura, ou seja, pressupõe a superação do estado natural para o estado cultural de uma civilização, de um avanço da

⁶⁰ SCHÜTZ, 1979, p.67.

⁶¹ ALENCASTRO, 2007, p. 30.

⁶² PASSOS, 2008, p. 30; JAGUARIBE, 2008, p. 580.

⁶³ MAIA, 1998, p. 152.

⁶⁴ ADORNO, 1993, p. 7.

consciência, considerando a outros seres que convivem coletivamente, suposição prejudicada nesta sociedade.⁶⁵

Segundo Freud, a ética permite uma vida em coletividade controlando as pulsões.⁶⁶ De acordo com o autor é definida em três sofrimentos humanos: a) o poder superior da natureza, b) a fragilidade do próprio corpo e c) o relacionamento entre as pessoas. Freud aponta que a fonte de maior sofrimento é, justamente, o relacionamento com os outros sujeitos. O ser humano tem a necessidade de uma “ética”, ou seja, da criação de regras que visam ajustar os relacionamentos mútuos em sociedade.

A pulsão é uma exigência do sujeito em ter satisfação e a civilização o impede de realizar as suas obrigações pulsionais gerando assim um mal-estar no indivíduo, provocando um conflito interno em relação à cultura, a qual impõe regras e impossibilita a realização dos desejos. Isso, no entanto, é muito antagônico entre o indivíduo e as exigências sociais, pois estas determinam a forma psíquica da moral. Com relação à determinação repressiva, as pulsões são canalizadas pelo recalque, o que forma o superego; e, pela sublimação, as quais correspondem aos ideais estabelecidos pela cultura, onde se estabelece a moral individual.⁶⁷ Assim comenta Benjamin:

Cada indivíduo busca satisfazer “seu próprio inferior bem estar”, apegando-se “à vida habitual”, e acaba por submeter-se cegamente a “forças determinantes” que estão desamarradas e “alheias à vida”. O sujeito acaba por limitar-se em sua capacidade intelectual, chegando à estupidez: “o dinheiro está, de modo devastador, no centro de todos os interesses vitais, e é exatamente este o limite diante do qual quase toda relação humana fracassa”.⁶⁸

Ou seja, em outras palavras, o autor entende que o indivíduo busca satisfazer de qualquer forma ao seu bem estar mesmo que isso seja se apegar a vida cotidiana, se submetendo a todas as forças alheias a sua vontade, restringindo assim sua capacidade intelectual, o que conseqüentemente, pode gerar uma alienação. Atualmente tudo está voltado ao dinheiro, o qual acaba sendo o centro da vida de muitos indivíduos, excluindo assim as relações humanas.

⁶⁵ MARCUSE, 1982, p. 21.

⁶⁶ FREUD, 1988, p. 32.

⁶⁷ FREUD, 1988, p. 33.

⁶⁸ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas II* [1928]. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 21-22.

As questões econômicas estão alicerçadas na discussão da ética atualmente, no entanto, deixa-se claro que não é a única questão, mas também a racionalidade e a técnica foram substituídas no lugar do humano.⁶⁹

No que diz respeito, aos valores éticos, não são dados de uma vez por todas nem são universais e nem absolutos. No cenário atual, em virtude da elevação do nível de consciência política e da crescente informação disponível com relação ao interesse público e uso do dinheiro do contribuinte, existe uma exigência maior em relação à moralidade, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência, isso acaba prevalecendo como um dos princípios que direcionam a conduta dos agentes de políticas públicas e dos gestores e das gestoras governamentais.⁷⁰

Tais princípios estão elencados no ordenamento jurídico brasileiro, mais precisamente na Constituição Federal, no artigo 37 § 4º e resultam na pena dos atos de improbidade de suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e a obrigação de ressarcir o erário, dispositivo regulado pela Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).⁷¹

Portanto, a ética, refere-se às ações humanas que estão voltadas para as relações sociais, ou seja, o ideal ético é baseado em uma vida social mais justa e superando as desigualdades econômicas. Em breve resumo pode-se dizer que a ética busca o bem comum.⁷² Inclusive quando se analisa os momentos éticos como família, sociedade civil e Estado, esse último tem uma tese exposta por Valls: “A liberdade do indivíduo só se completa como liberdade do cidadão de um Estado livre e de direito”.⁷³

Serejo⁷⁴ tem um conceito de ética, dentro da atualidade, que se refere a uma doutrina de valor do bem, teoria que embasa ações de bons costumes ou costumes ideais. Sendo assim, são valores que influenciam a conduta humana e a realização de tais valores é baseada nos princípios da verdade, justiça e amor. Segundo o mesmo autor:

É indiscutível que há a necessidade, em todos os segmentos sociais, quer na política, quer na administração pública, no judiciário, e, principalmente

⁶⁹ HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 188-243.

⁷⁰ BRAGA, 2006, p. 168-169.

⁷¹ BRAGA, 2006, p.168-169.

⁷² BRAGA, 2006, p. 168-169.

⁷³ VALLS, Álvaro L. M. *O Que é Ética?*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 17. (Coleção Primeiros Passos, n.º 177)., p. 17.

⁷⁴ SEREJO, 2010, p. 15.

nas relações interpessoais diárias, de um código de condutas que possa nortear e selar a organização e o equilíbrio social. Um conjunto de princípios, valores, direitos e deveres que possam tornar nítido o liame subjetivo de onde termina um direito pessoal e onde começa o direito do próximo.⁷⁵

2.3 A relação da gestão pública com os princípios éticos

Slomski⁷⁶ apresenta a ética como a base principal condicionada a gestão pública no que se refere a qualidade, sabedoria, humildade, perseverança, honestidade, caráter. Enquanto Serejo⁷⁷ vê a ética como um grande desafio da administração pública, pois considera que a conduta ética na gestão pública não se restringe à distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado, mas acresce que o fim deve ser sempre o bem comum, eis aqui o ponto desafiador, pois na prática a ação da gestão pública é baseada em princípios primordiais como dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência.⁷⁸

Outro autor que também explica a questão da ética na gestão pública é Gonçalves:

O Estado Democrático de Direito baseia-se em uma sociedade livre, justa e solidária, como afirma nossa Constituição, onde o poder deve emanar do povo, sendo exercido em seu proveito, diretamente, ou por meio de representantes eleitos. Deve ser um Estado promotor de justiça social, tendo a legalidade como princípio basilar. Porém, a lei não deve ficar adstrita em uma esfera puramente normativa e abstrata, mas sim, deve influir na realidade social do povo.⁷⁹

Lima⁸⁰ explica que a necessidade da ética na gestão pública está na manutenção da vida em sociedade. Explana que, ou se tem ética, adota-se uma escala de valores bem nítida e bem clara, ou então experimenta-se o fracasso. Ele alega fundamentando-se na realidade vivida mostrando que os atos os quais são praticados vêm de encontro aos princípios éticos, em algum momento, prejudicando os bons resultados. No âmbito público, esses atos acabam prejudicando a sociedade, conduzindo à descrença cultural e conseqüentemente as crises.

⁷⁵ SEREJO, 2010, p. 1.

⁷⁶ SLOMSKI, 2005, p. 15.

⁷⁷ SEREJO, 2010, p. 15.

⁷⁸ ESCOBAR, 2013, p. 15.

⁷⁹ GONÇALVES, 2011, p. 1.

⁸⁰ LIMA, 2006, p. 32.

De acordo com Bauman⁸¹, existe uma desigualdade entre o excesso de poder e a falta de orientação quanto a utilização do poder, a qual é descrita pelo autor como “a crise da ética da pós-modernidade ou crise ética dos tempos modernos” isso acaba refletindo de forma ambígua a moral, a liberdade de escolher onde jamais se experimentou. Portanto, a crise moral reflete-se em uma crise ética. Enquanto Jaguaribe afirma que a ética contemporânea é persistente e tem como principal característica o crescimento de permissão, no qual seu parâmetro se delimitar ao princípio da não nocividade social.⁸²

Vásquez diz que só é possível falar sobre comportamento moral quando existe a responsabilidade do indivíduo sobre os atos praticados, ou seja, o conhecimento objetivo das estruturas sociais, das relações e das instituições da sociedade é imprescindível para a ética uma vez que há inter-relação entre moral e sociedade, pois os atos morais condicionam-se socialmente.⁸³

Enriquez entende que existe um mal-estar na sociedade, causado pela racionalidade ocidental do mundo contemporâneo, ainda para o autor quando se reprime determinadas paixões, ocorre um problema com relação à disparidade dos homens e mulheres e de suas culturas, o qual acaba sendo destruído.⁸⁴

Bobbio⁸⁵ considera como elemento fundamental da democracia moderna, o antidespotismo, e deixa claro como princípio clássico desse regime político, no qual o discurso democrático tem-se utilizado de palavras como cidadania, que está associado ao reconhecimento e ao respeito entre os indivíduos no que se refere aos direitos civis.⁸⁶

Para Vieira, o liberalismo contribuiu para a compreensão do ideal de cidadania universal, e também limitou os pontos legais quando estabeleceu os direitos dos indivíduos em desfavor do Estado.⁸⁷

Diante de todos os conceitos e definições sobre a ética é importante ressaltar que, apontava a ética desde a antiguidade clássica, passando ao longo do tempo por correntes de pensadores que aperfeiçoaram tal conceito, até a contemporaneidade, apresentando a ética como comportamento e costume de uma

⁸¹ BAUMAN, 1997, p. 35.

⁸² JAGUARIBE, 2008, p. 28.

⁸³ VÁZQUEZ, 2002, p. 28.

⁸⁴ ENRIQUEZ, 1997, p. 31.

⁸⁵ BOBBIO, 2004, p. 31.

⁸⁶ ROLNIK, 1992, p. 33-42.

⁸⁷ VIEIRA, 1997, p. 31.

sociedade em uma determinada época. O que pode ser considerado ético para um determinado povo, para outro já não teria o mesmo sentido, pois não há existência de uma ética absoluta. Podemos até dizer que o Cristianismo buscou algumas ideias, mas até mesmo no próprio Cristianismo, Max Weber mostra que a ética não era absoluta.

Segundo Valls, cada autor possui seus ideais éticos.

[...] Para os gregos, o ideal ético estava ou na busca teórica e prática da ideia do Bem, da qual as realidades mundanas participariam de alguma maneira (Platão), ou estava na felicidade, entendida como uma vida bem ordenada, uma vida virtuosa, onde as capacidades superiores do homem tivessem a preferência, e as demais capacidades não fossem, afinal, desprezadas, na medida em que o homem, ser sintético e composto, necessitava de muitas coisas (Aristóteles).⁸⁸

Portanto, a ética encontra-se presente em todos os momentos de uma sociedade, e não seria diferente quando se trata da gestão pública. O estudo seguirá relacionando a ética com os demais pontos importantes, destacados nesse trabalho.

⁸⁸ VALLS, 2004, p. 41-47.

3 DOCÊNCIA NO BRASIL E O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

3.1 A origem da docência no Brasil

Cogita-se que, em meados do século XVIII, mais precisamente no ano de 1827, tenham surgido as escolas para formação de professores e professoras, a partir da Lei das Escolas e Primeiras Letras, que, além de ensinar as primeiras letras, instruía-os e instruía-as no domínio do método de formação profissional do e da docente.

Essas instituições escolares tinham como objetivo a formação do e da docente para a aprendizagem de suas atividades e estava vinculada “à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, a implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população”.⁸⁹

Foi no final do século XIX, que a docência foi implantada no Brasil, por meio das chamadas Escolas Normais, cujo objetivo era de formar docentes. Essas escolas eram de nível secundário, visto que a escolarização era escassa, direcionada apenas a uma minoria.⁹⁰

As Escolas Normais tinham como objetivo a formação específica para os professores e as professoras, mas com ofício, também, de seguidor das orientações didático-pedagógicas, esquecidas anteriormente. E que segundo Aranha,

[...] o descaso pelo preparo do mestre fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Além disso, prevalecia a tradição pragmática de acolher professores sem formação, a partir do pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico específico.⁹¹

Mais tarde, em 1870, foram fechadas e substituídas pela formação de professores adjuntos e professoras adjuntas, que teriam sua capacitação em práticas de ensino e exerceriam o papel de ajudante do e da regente de classe.

⁸⁹ TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, mai/ago., 2000.

⁹⁰ GATTI, Bernadette. A formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação e Sociedade*. Campinas. v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out/dez. 2010.

⁹¹ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Moderna, 2006. p. 227.

Entre 1932 e 1939, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, foram criados os Institutos de Educação, não apenas como local de ensino, mas também como locais de pesquisa, respeitando as exigências pedagógicas e fortalecendo o conhecimento de cunho científico.

Assim, os institutos de educação ajudaram na produção e circulação do pensamento de que a escola deveria ser substituída no Brasil, por uma escola nova e, dessa forma, “constituíram uma política de profissionalização docente que se estendia para além dos muros do próprio Instituto-política, que pode ser considerada como responsável por intensificar a lógica da educação como arte de governar no campo da formação de professores”.⁹²

Posteriormente, os Institutos de Educação vincularam-se às universidades para formação de professores e professoras para as escolas secundárias e deram origem à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei nº. 1.190, de 04 de abril de 1939.⁹³

Foi então a partir desse decreto que ficou definido o tempo de três anos para as disciplinas de conteúdos específicos e um ano de formação didática dos cursos de Licenciaturas, destinados à formação de docentes para ensinarem nas escolas normais; e Pedagogia, para a formação de docentes a atuarem nas escolas secundárias, dando origem a uma preocupação.

É no início do século XX que se dá o aparecimento manifesto da preocupação com a formação de professores para o "secundário" (correspondendo aos atuais anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio), em cursos regulares e específicos. Até então esse trabalho era exercido por profissionais liberais ou autodidatas, mas há que considerar que o número de escolas secundárias era bem pequeno, bem como o número de alunos.⁹⁴

Entre 1945 a 1960, essa preocupação é ampliada pelo Estado populista-desenvolvimentista, como parte das políticas sociais adotadas pelo governo com o intuito de ampliação educacional às massas, uma vez que o “modelo econômico passa a exigir mão de obra mais especializada, o que provocou uma expansão do

⁹² COUTINHO, Keryne; SOMMER, Luis H. discursos sobre formação de professores e arte de governar. In: *Currículo sem Fronteira*, v. 11, n. 1, p. 86-103, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemifronteiras.org/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁹³ SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no conteúdo brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v.14, n.40, p.143-155, jan./abr. 2009.

⁹⁴ GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.* [online]. 2010, vol. 31, n. 113, p. 1355-1379. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ensino secundário (propedêutico e profissionalizante) e do ensino superior nas faculdades de Filosofia”.

E em 20 de dezembro de 1961, foi de fato instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 4024, mas ela não alterou a formação de professores e professoras.

Artigo 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

- a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro série anuais, onde além de disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial [...]

Artigo 59. A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.⁹⁵

Em 14 de novembro de 1962, o Parecer do Conselho Federal de Educação de nº 292, exigiu a iniciação à docência por meio do estágio supervisionado como componente curricular obrigatório a ser cumprido pelos alunos e pelas alunas nos cursos de formação de professores e professoras, exigida, antes mesmo do Parecer, a Prática de Ensino não era obrigatória e, quando acontecia, era realizada em Colégios de Aplicação vinculados às faculdades de formação de professores e professoras.

A iniciação à docência por meio do estágio supervisionado como componente curricular obrigatório a ser cumprido pelos alunos nos cursos de formação de professores vai ser exigido, pela primeira vez, através do Parecer do Conselho Federal de Educação 292, de 14 de novembro de 1962. Antes do Parecer, a Prática de Ensino não era obrigatória e, quando acontecia, era realizada em Colégios de Aplicação vinculados às faculdades de formação de professores.⁹⁶

Em 1964, em plena crise política, baseado na lei de nº 5692/71, os ensinos de 1º e 2º graus e superior foram estruturados, estabelecendo-se a departamentalização universitária, as licenciaturas curtas, o ensino profissionalizante no 2º grau, entre outras mudanças.⁹⁷ Essas medidas seguiam orientações à

⁹⁵ BRASIL. *Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

⁹⁶ NEVES, Rayssa Martins de Sousa. *Práticas de Iniciação à docência: um estudo no Pibid/IFPI/Matemática*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, Unisinos, 2014.

⁹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

legislação anteriormente citada, e tinham como política a capacitação e o treinamento de professores e especialistas para atender as exigências do setor público e sistema capitalista. Em 11 de agosto de 1971, a Lei 5.692, apresentava a seguinte redação:

Artigo 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º Grau;
- b) no ensino de 1º grau da 1ª. a 8ª Séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º. Grau obtido em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º. grau, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.⁹⁸

A legislação anterior contribuiu para a atualização e qualificação dos profissionais da educação, mas a iniciação à docência nos cursos de formação de professores e professoras ainda continuava por meio de estágio, por meio de observação, participação e regência.

Angel Perez Gomez apresentava motivos para a não racionalidade técnica dos problemas educativos, estabelecendo uma “clara hierarquia entre o conhecimento científico básico e aplicado e as derivações técnicas da prática profissional” e cita características importantes no processo de formação profissional: complexidade, incertezas, instabilidade, singularidade e conflito de valores.⁹⁹

No Brasil, é possível verificar as tendências na formação do docente a partir de 19 de fevereiro de 2002, com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais, implantadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Naquele mesmo ano, a carga horária curricular de estágio supervisionado foi alterada com o intuito de melhorar a qualidade de formação docente e a dissociação entre teoria e prática, segundo o CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002, em seu:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

⁹⁸ BRASIL. *Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

⁹⁹ ANGEL, Perez Gomez. O pensamento prático do professor: a formação do profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antônio. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote publicações, 1995. p. 53.

garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III- 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200(duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.¹⁰⁰

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi criada em 23 de dezembro de 2005, conhecida como Lei nº 9.394/96 – LDB, a qual encontra-se em vigência e serve, portanto, como base para o estudo sobre a atual situação da docência no Brasil, pois esta é a principal lei que rege a educação brasileira. Nessa Lei explicam-se claramente as necessidades educacionais e analisam-se aspectos peculiares para a melhoria contínua da educação.¹⁰¹

Para que se tivesse uma Lei direcionada a docência, levou em torno de oito anos de discussão para sua criação, é considerada pela história da educação como “constituição do ensino”, em virtude de sua demora. Para que se possa compreender a Lei de Diretrizes e Bases, foi utilizada na educação brasileira até dezembro de 1996, onde obteve sua versão inicial enviada ao Congresso Nacional em 1948, somente sendo promulgada depois de 13 anos, em 1961, pelo presidente João Goulart (Lei nº 4.024/61).¹⁰²

A partir do Golpe Militar, em 1964, novas diretrizes educacionais foram criadas e, portanto a Lei passou a ser continuamente modificada. Uma das principais modificações foi a Reforma Universitária¹⁰³, a Reforma do Ensino de 1º e 2º

¹⁰⁰ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹⁰¹ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

¹⁰² BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

¹⁰³ BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

graus¹⁰⁴, o que se apresentou notadamente como o declínio da política educacional do país em virtude do regime de ditadura militar.¹⁰⁵

Em 15 de março de 1985, põe-se fim a ditadura militar dando início a uma nova fase política dirigida pelo governo civil, e o surgimento de uma nova Constituição brasileira, a qual veio a ser promulgada em 5 de outubro de 1988. Essa nova Constituição acabou permitindo a retomada sobre o tema educação e assim uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi esculpida. A nova LDB foi apresentada como projeto na Câmara dos Deputados uma primeira proposta, o qual recebeu o número 1.158-A/88.

Mas quando a LDB foi encaminhada ao Senado Federal acabou sendo arquivada e somente em janeiro de 1996 foi aprovada na casa legislativa, não sofrendo grandes alterações com o projeto vindo do Senado Federal, o mesmo foi sancionado sem vetos, pelo na época, Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o qual transformou a Lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 1996, quando efetivamente passou a vigorar.¹⁰⁶

Portanto, no capítulo 6 da referida Lei (LDB) apresenta claramente a docência no Brasil por meio dos e das profissionais da educação conforme artigo 61 a 67.

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009);

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009);

¹⁰⁴ BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 set. 2017 e a BRASIL. *Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 20 set. 2017, a qual apresentava o fim da obrigação de ensino profissional no 2º grau, inserida pela Lei nº 5.692/71.

¹⁰⁵ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

¹⁰⁶ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 746, de 2016);

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36. (Incluído pela Medida Provisória nº 746, de 2016);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017);

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017);

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

II - a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

III - o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

O artigo 61 *caput* acima apresenta a importância da formação do e da profissional de educação que deve possuir uma formação adequada para que possa atender os diferentes níveis de ensino, considerando assim, os vários aspectos de cada etapa no desenvolvimento do educando. Seguindo para os incisos apresentam-se os fundamentos da formação, bem como, pela capacitação em serviço.

Pode-se observar uma valorização de experiências anteriores dos e das docentes em suas muitas atividades. Ideias que não eram valorizadas na LDB antes da reforma. Outro ponto importante é com relação à união da teoria com a prática uma condição primordial para a formação dos profissionais de qualquer área, mais especificamente, a Educação.

O artigo 62 da LDB tem revelado muita discussão, mesmo estando claro em seu texto, conforme diz Brandão “exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental” exige-se a “formação mínima [...] oferecida em nível médio, na modalidade normal”.¹⁰⁷ Talvez essa interpretação esteja um pouco desalinhada, pois qualquer docente que atue na educação infantil ou fundamental não precisaria obrigatoriamente ter nível superior, a não ser que o mesmo ou a mesma queiram.

Já o artigo 63 da LDB apresenta um novo tipo de instituição, a qual fica responsável pela formação dos e das profissionais da área de educação no Brasil:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

O curso normal superior presente na LDB é um exemplo de como a lei foi elaborada, ou seja, por especialistas sem de fato a participação da sociedade, que poderiam estar sendo representada pelas entidades de educação. O artigo 64 apresenta nitidamente as exigências do curso de graduação em Pedagogia ou de cursos de pós-graduação na área de Educação, ou seja, trata-se unicamente dos e das profissionais de educação que atuaram como especialistas na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica.¹⁰⁸

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

O Artigo 65 da LDB apresenta: “a formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas”, ou seja, que todos os cursos de licenciatura pudessem ter o contato com os alunos e as alunas durante o período de pelo menos um ano, para que se pudesse conhecer na

¹⁰⁷ BRANDÃO, 2003, p. 14.

¹⁰⁸ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

prática a realidade do ensino fundamental e médio. Por um lado essa antecipação é positiva, pois antecipa o aluno e a aluna a realidade educacional, mas por outro lado esse aluno e essa aluna, não terão os conhecimentos pedagógicos necessários, pois não estudou toda a grade curricular.¹⁰⁹

O Artigo 66 apresenta basicamente a preparação para o magistério:

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.¹¹⁰

Por último, voltado para esse capítulo de estudo apresenta-se o Artigo 67 da LDB, onde se forem cumpridos integralmente todos os requisitos, significará uma “valorização dos profissionais da educação”.¹¹¹

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de

¹⁰⁹ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

¹¹⁰ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹¹¹ BRANDÃO, 2003, p. 178-179.

cargos dos profissionais da educação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).¹¹²

Para que se tenha ideia de sua importância, se os sistemas de ensino público cumprirem com todos os requisitos estipulados nesses incisos do artigo 67, poderiam se impedir as indicações políticas, garantindo o correto desenvolvimento dos profissionais de educação, conseqüentemente da docência no Brasil, o que está diretamente ligado à gestão pública e aos princípios éticos vistos nos capítulos anteriores desse estudo.

O que se observa é uma sequência lógica de ideias, pois quando se tem uma gestão pública comprometida e organizada para a sociedade dentro de seus princípios éticos e valores morais e cristãos, reflete em qualquer segmento profissional, mas em específico o dos e das profissionais da educação, os quais não são contemplados e reconhecidos como deveria ser pela Lei de Diretrizes de Bases que os regulamenta. É preciso reconhecer as lutas históricas advindas da área da educação que acabam fazendo com que essa lei não tenha de fato os efeitos desejados na prática.

A docência é uma forma educativa que tenta interferir na realidade social por meio da educação. De acordo com Pimenta e Anastasiou existe uma diferença entre a prática e a ação: “A prática institucionalizada são as forças de educar que ocorrem em diferentes contextos institucionalizados, configurando a cultura e a tradição das instituições, essa tradição seria o conteúdo e o método da educação”.¹¹³

Ou seja, a ação esta ligada ao sujeito pelo seu modo de agir, de pensar, seus valores, compromissos, desejos e vontades, enquanto a prática é a tradição a qual indica as instituições, por isso existe atualmente muitos desafios em relação a docência no Brasil na busca de harmonizar e refinar as tradições educacionais.¹¹⁴

A docência é o ato de ensinar, que resulta em comunicar-se, mas não se resume somente a isso, conforme Nóvoa¹¹⁵ é muito mais, pois o e a docente não pode se posicionar no senso comum, ou seja, não deve organizar sempre a mesma aula, utilizando as mesmas formas e estratégias de ensino, como aprenderam com seus mestres e suas mestras em outras épocas, ou mesmo ficar ouvindo as

¹¹² BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹¹³ PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 178.

¹¹⁴ PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 180.

¹¹⁵ NÓVOA, 2007, p. 36.

reclamações de seus e suas colegas dizendo como os alunos e as alunas são desinteressados e desinteressadas, e preparando sempre as mesmas aulas, sem avaliar a melhor forma de transmitir o conhecimento, pois ele deve estar sempre na busca de novas estratégias e conhecimentos para ajudar os alunos e as alunas no processo de aprendizado.

Nietzsche afirmava que muito antes desse senso comum, o primeiro passo da educação é ensinar a ver e chamar a atenção para o fato, pois somente ver, é algo complicado, já que não é uma ação natural para o ser humano, ou seja, sempre deve haver um mediador ou uma mediadora entre o objeto do estudo e o aluno e a aluna para que esse e essa tenham uma visão do que realmente é, tendo então, a possibilidade de interagir com este objeto.¹¹⁶

Portanto, para ter certeza que o ensino esta realmente acontecendo, o educador e a educadora não podem viver em uma lógica separada, quer dizer isolado numa sala de aula, sem dar satisfação a ninguém ou sem possuir um momento de reflexão coletiva.¹¹⁷

Anastasiou apresenta um conceito sobre ensinar explicando o que foi utilizado para uma situação de ensino da qual necessariamente transcorra o aprendizado e na qual a aula expositiva não é a única maneira de ensinar, muito embora também seja uma estratégia válida de ensinar.¹¹⁸

[...] mostrarão a necessidade de renovação desse conteúdo. Entretanto, ainda que os métodos possam ter um ciclo de vida cada vez mais curto quanto à sua forma, o propósito inicial que fundamenta a adoção dessas novas práticas em sala de aula permanece o mesmo: a aprendizagem de nossos alunos. Essa é a razão pela qual é fundamental ter claro o objetivo de aprendizagem antes da opção por um dos métodos apresentados.¹¹⁹

Compreendendo que a aprendizagem é tomar conhecimento de algo, é também instruir e torna-se capaz de ter alguma atitude com relação ao estudo, pesquisa, observação, etc. São, portanto, alguns sinônimos para “aprender” evidenciados por Ferreira.¹²⁰ Enquanto que Houaiss entende do mesmo verbo

¹¹⁶ NIETZSCHE apud DUARTE JUNIOR, 2006, p. 56.

¹¹⁷ NÓVOA, 2007, p. 36.

¹¹⁸ ANASTASIOU, 2003, p. 183

¹¹⁹ ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade. Joinville, SC: Editora Univille, 2003, p. 154.

¹²⁰ FERREIRA, 2010.

“aprender” as seguintes denominações: adquirir conhecimento de algo a partir de estudo e vir a ter melhor compreensão a respeito de algum conteúdo.¹²¹

Para se chegar ao conhecimento do conteúdo, conhecê-lo e aprendê-lo de fato, o aluno e a aluna do ensino superior, precisará andar junto ao seu colega professor ou sua colega professora, porque deverá se desenvolver um trabalho contínuo de aprendizado de pessoas que possuem o mesmo objetivo, o que facilitará a caminhada no decorrer do curso. Quando se fala em curso é importante ressaltar que o aluno e a aluna devem ter um olhar diferenciado sobre o seu papel no ambiente da instituição superior, pois ele e ela estão ali em busca de um ideal, à procura de aprender conteúdo, sendo assim precisam de disposição e vontade e ter consciência da necessidade de educação direcionando impositivamente com a finalidade do mercado de trabalho.¹²²

Portanto, aprender exige esforço, disciplina, paciência, força de vontade, pesquisas, mas sempre tomando o devido cuidado para que não se torne algo automático, de simples procedimentos como a obtenção de notas altas, pois aprender é melhorar cada dia, até a sua modificação o que será transformado em conhecimento. Diante de tamanho anseio pela aprendizagem surgiu um programa institucional de iniciação à docência um apoio aos profissionais da educação para obter mais conhecimento, é o que será apresentado na próxima seção.

3.2 Programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID)

Desenvolver iniciação à docência para a educação básica é compromisso ético e político com desenvolvimento das pessoas como cidadãos (grifo do autor).¹²³

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Governo Federal, foi criado pelo Decreto nº. 7.219, de 24 de junho de 2010, com o intuito de incentivar e valorizar o magistério e de aprimorar o processo de formação de docentes para a educação básica. Ele está vinculado à Diretoria de Educação Básica (DEB), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio de recursos públicos originados de: I - receita de impostos próprios da União, dos

¹²¹ HOUAISS, 2009, p. 110.

¹²² MORIN, 2003, p. 91.

¹²³ GATTI, Bernadete. *Iniciação à docência para a educação básica*. Pibid 2013, Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

estados, do Distrito Federal e dos municípios; II - receita de transferências constitucionais e outras transferências; III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV - receita de incentivos fiscais; V - outros recursos previstos em lei. (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, em favor da melhoria do ensino nas escolas públicas nas quais o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ficou abaixo da média nacional, de 4,4.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.¹²⁴

O Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES) tem como finalidades: a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Entre as propostas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores e professoras com formação específica: ciência e matemática, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e disciplina de Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio, através da CAPES.

O PIBID está inserido em uma matriz educacional que articula três vertentes: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e professoras e escola básica; e produção de conhecimento. Na base de cada ação de DEB, está o compromisso da CAPES de valorizar o magistério da educação básica.¹²⁵

A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e

¹²⁴ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹²⁵ NEVES, 2014, p. 40.

concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.

§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever: I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.

§ 2º Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. (Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009).¹²⁶

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de cursos presenciais de licenciaturas que desenvolvam atividades pedagógicas em escolas da rede pública de educação básica e que se comprometam com o exercício do magistério nesta rede, tendo como objetivo antecipar o vínculo entre os futuros mestres e futuras mestras e as salas de aulas da rede pública; ao coordenador ou coordenadora institucional que articula e pratica o programa na universidade ou instituto federal; aos coordenadores de áreas envolvidos na orientação aos bolsistas; bem como aos docentes de escolas públicas responsáveis pela supervisão dos licenciandos e licenciandas.

O PIBID tem como finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e, ainda, para a melhoria da qualidade da educação básica pública do Brasil. A distribuição da concessão de bolsas do programa ocorre da seguinte forma: para estudantes de licenciatura (bolsistas de iniciação), professores e professoras das redes públicas (supervisores e supervisoras) e professores e professoras de universidades (coordenadores e coordenadoras de área, da área de gestão de processos educacionais e institucional), de acordo com alguns critérios, a saber:

- I. bolsista estudante de licenciatura é o aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de educação superior, com dedicação de carga horária mínima de trinta horas mensais ao PIBID;

¹²⁶ BRASIL. *Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009*. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

- II. coordenador institucional é o professor de instituição de Educação Superior responsável perante a CAPES para garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades de iniciação à docência, previstas no projeto de sua instituição, zelando assim pela sua unidade e qualidade;
- III. coordenador de área é o professor da instituição de Educação Superior responsável pelas seguintes atividades: a) planejamento, organização e execução das atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica; b) acompanhamento, orientação e avaliação dos bolsistas estudantes de licenciatura; e c) articulação e diálogo com as escolas públicas nas quais os bolsistas exerçam suas atividades;
- IV. professor supervisor é o docente da escola de Educação Básica das redes públicas de ensino que integra o projeto institucional e é responsável pelo acompanhamento e supervisão das atividades dos bolsistas de iniciação à docência; e
- V. projeto institucional, a ser submetido a CAPES pela instituição de Educação Superior interessada em participar do PIBI, que contenha, no mínimo, os objetivos e metas a serem alcançadas, as estratégias de desenvolvimento, os referenciais para a seleção de participantes, acompanhamento e avaliação das atividades. (Decreto n. 7.219, art. 7º, inciso VI, alínea b).

Os objetivos do programa são incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores e professoras nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica; inserir os licenciados e as licenciadas no cotidiano de escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores e suas professoras como co-formadores, dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessária à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.¹²⁷

¹²⁷ CAPES. *Portaria nº. 260 de 30 de dezembro de 2010*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_Nomas Gerais.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Podem participar do PIBID as instituições de educação superior: a) públicas federais, estaduais e municipais, criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; b) privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; c) comunitárias inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; d) confessionais que atendem a orientação confessional e ideologia específicas; e) filantrópicas, na forma da lei; f) que possuam cursos de licenciatura legalmente constituídos e que tenham sua sede e administração no país; g) participante de programas de valorização do magistério definidos como estratégicos pelo Ministério da Educação; h) que mantenham as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao cumprimento e execução do projeto, no caso de sua aprovação.

O acesso ao programa se dá por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que promoverá chamadas públicas de projetos para o PIBID, por meio da publicação de edital, cabendo às instituições de Educação Superior interessadas em encaminhar suas propostas, contendo o projeto institucional de iniciação à docência para análise e seleção por comissão de especialistas constituída especialmente para esse fim, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

1. Requisitos e condições para a participação no Programa;
2. Atribuições de cada integrante do projeto: coordenador ou coordenadora institucional, coordenador ou coordenadora de área, professor supervisor ou professora supervisora e bolsista estudante de licenciatura;
3. Procedimentos de seleção de projetos institucionais;
4. Critérios para aprovação dos projetos apresentados;
5. Valor correspondente em todas as modalidades de bolsa previstas no art. 4º;
6. Perfil das escolas em que as atividades do Programa serão desenvolvidas, utilizando, entre outros, critérios referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, às experiências de ensino-aprendizagem bem sucedidas, de modo a permitir aos bolsistas a compreensão e atuação em diferentes realidades.

As instituições selecionadas deverão organizar seminários de iniciação à docência, prevendo a participação de estudantes bolsistas, coordenadores e

supervisores, para apresentar resultados alcançados, dar visibilidade a boas práticas, propiciar adequado acompanhamento e avaliação do projeto institucional e analisar seu impacto na rede pública de educação básica e nos cursos de formação de professores da própria instituição.

Desta forma, o programa dará oportunidade aos futuros mestres e futuras mestras de aprimorarem a prática de ensino de forma supervisionada, contribuindo na formação do docente e no ensino público, além contribuir financeiramente com recursos de custeio e capital, destinados às instituições aprovadas pela CAPES para o desenvolvimento das atividades à futura geração dos profissionais do magistério, através de bolsas aos docentes selecionados pela Instituição de Ensino Superior (IES) e aprovação das respectivas propostas iniciais de remunerações do projeto de iniciação à docência, fornecidas pelo Ministério da Educação, mas que dependerá de cada região participante da chamada pública, de forma legal, sempre dentro da formulação do projeto e em cumprimento a legislação pertinente, assim distribuídos: a) Coordenadores e coordenadoras de áreas do conhecimento R\$ 1.200 (um mil e duzentos reais); b) alunos e alunas dos cursos de licenciaturas R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); c) Supervisores e supervisoras, que são os professores e as professoras das disciplinas nas escolas onde os estudantes universitários e as estudantes universitárias irão estagiar R\$ 600,00 (seiscentos reais).

As instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do PIBID podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas. A CAPES pode conceder tanto recursos de custeio como de capital, conforme definido nos editais de seleção.

Os educadores e as educadoras de escolas públicas possuem um espaço especial no site da CAPES no PIBID, por exemplo, o Supervisor ou a Supervisora do PIBID (SUP) é o professor ou a professora da escola de educação básica pública, que orienta e viabiliza as atividades dos bolsistas de iniciação à docência na escola. O supervisor ou a supervisora tem as seguintes atribuições: informar à comunidade escolar sobre as atividades do projeto; elaborar, desenvolver e acompanhar atividades dos bolsistas de iniciação a docência; controlar a frequência dos bolsistas, iniciação a docência nas atividades; participar dos seminários de iniciação à docência promovida pelo projeto; criar e manter atualizado um currículo na

Plataforma Freire, pois costuma a ser solicitado por instituições de fomento para inscrição em processos seletivos de auxílios.

Vale ressaltar que o ou a bolsista de iniciação à docência não pode assumir as funções de um professor ou de uma professora da escola, nem realizar atividades administrativas, seja na escola, seja no projeto. Caso seja pressionado a engajar os bolsistas de Iniciação à Docência (ID) em regência de classe, o fato deve ser comunicado ao Coordenador ou Coordenadora Institucional do Projeto (CI).

As atribuições no projeto são: comparecer às reuniões convocadas pelos coordenadores ou coordenadoras e expor suas expectativas. Assim, é mais fácil definir as atividades. Fazer um diário sobre o período no projeto. Isto deverá ajudar a organizar a experiência, de modo a ter sempre à mão um rascunho de relatório. Ser propositivo. As atividades do PIBID são uma chance de aprendizado conjunto, na qual todos e todas podem contribuir. Estimular os alunos e as alunas da escola a propor atividades, pois esses e essas costumam ter boas ideias e muita disposição, além de buscar a integração da comunidade na realização do projeto, além de familiares, bibliotecas, postos de saúde, comerciantes, profissionais liberais e agentes de segurança, podendo contribuir decisivamente para o sucesso das atividades, e também trazer propostas.

No projeto PIBID, o Coordenador ou a Coordenadora de Iniciação (CI) é o responsável pelo cadastramento dos participantes para a concessão de bolsas. O projeto recebe uma verba de custeio que é usada para compra de material de uso corrente, esta verba é gasta conforme o planejamento descrito em um plano de trabalho elaborado anualmente pelo Coordenador ou pela Coordenadora de Iniciação (CI) com base em demandas dos participantes.

O PIBID também tem projeto de Iniciação à Docência para professores e professoras de licenciatura, o coordenador ou a coordenadora de área (CA) é o gestor ou a gestora de um subprojeto PIBID em uma instituição de ensino superior. Já o coordenador ou a coordenadora de área de gestão de processos educacionais (CG) é o ou a auxiliar do coordenador ou da coordenadora institucional (CI).

Para ingressar no PIBID, é necessário ser docente em uma Instituição de Ensino Superior (IES) participante do programa. As principais atribuições de um Coordenador ou uma Coordenadora de Área (CA) são: acompanhar as atividades previstas no subprojeto; dialogar com a rede pública de ensino; integrar comissões de seleção de supervisores e bolsistas de iniciação à docência; informar ao CI

alterações na relação de participantes para o pagamento da bolsa; apresentar ao CI relatórios periódicos sobre o subprojeto. A atribuição principal do Coordenador ou da Coordenadora Geral (CG) é apoiar o ou a CI na gestão do projeto. Portanto, a natureza deste apoio deve ser definida quando o ou a CG assumir sua função.

A atuação do ou da CA deve ser a de propor e desenvolver as ações do projeto aprovado. Por isto, sugerimos que o ou a CA mantenham contato regular, ao menos semanal, com licenciandos e licenciandas, supervisores e supervisoras e CI, de modo a manter o fluxo de informação sobre os avanços e as dificuldades dos subprojetos. O ou a CG divide funções com o ou a CI. Portanto, sua atuação será semelhante à do gestor ou da gestora do projeto.

Ler e conferir com frequência os documentos relativos ao programa, agrupados na página no campo chamado Documentos. Nela encontram-se formulários diversos, decretos e portarias que fundamentam o programa e manuais de orientação sobre os principais procedimentos de gestão do projeto, além de manter abertos todos os manuais durante o período destinado ao gerenciamento, o que pode poupar tempo.

Criar um banco de dados eletrônico para registrar o projeto: como os dados de participantes e desempenho dos licenciados e licenciadas, dados de escolas, produção, aplicação do custeio, contatos. Usar programas de planilhas, a exemplo do MS Excel ou do Calc. Este registro facilita o trabalho no futuro, pois reduz o tempo dedicado a buscar informações, as quais tendem a se dispersar em um projeto com duração superior a dois anos. Uma boa planilha pode gerar gráficos que ajudem a entender o projeto futuramente, enriquecendo sua experiência.

Criar um ambiente de interação entre os participantes, além da liberdade para os licenciados e licenciadas e supervisores e supervisoras proporem e executarem atividades, tendo como referência o projeto aprovado. Deve manter sempre atualizado o currículo Lattes, pois dele a CAPES extrai informações para avaliação do atendimento aos requisitos para participação no PIBID e para acompanhamento rotineiro.

No projeto PIBID, o ou a CI é o ou a responsável pelo cadastramento dos e das participantes para a concessão de bolsas e elabora um calendário de atualização de informações sobre bolsistas e contas bancárias e mantém o e a CI sempre informado e informada.

Organiza a demanda de material que será utilizado durante todo o ano para ajudar no planejamento do projeto institucional, com base no plano de trabalho, e informa ao CI. Se receber devolução de recurso não usado (como diárias e passagens devolvidas), devolve ao CI diretamente não fazendo depósito na conta do projeto. Por último o ou a responsável pela prestação de contas é o ou a CI, que o fará no Sistema de Prestação de Contas – SIPREC.

Esses são alguns dos diversos projetos realizados sobre a Iniciação da Docência com suas atribuições, o que cada coordenador ou coordenadora é responsável, como o pagamento das bolsas, são realizados os procedimentos de informações que deverão ser lançados em sistemas específicos, tudo de forma muito organizada e separada por categorias, facilitando assim, o acesso daqueles ou daquelas que desejam entrar na docência, pois, não é destinado exclusivamente aos docentes, mas aqueles e aquelas que possuem ensino superior e pretendem ser profissionais na educação, como visto em capítulos anteriores desse estudo.

Por isso, o PIBID é formação inicial para os alunos e as alunas das licenciaturas; formação continuada para os professores e as professoras das escolas públicas e para os e as docentes das instituições de ensino superior participantes, abrindo-lhes amplas oportunidades de estudos, pesquisa e extensão. A ação dos Licenciados e de seus orientadores tem o potencial de elevar a qualidade do trabalho nas escolas públicas e nas instituições formadoras.¹²⁸

O papel da docência na educação básica é vital na preservação de nossa civilização e no desenvolvimento das pessoas como cidadãos e cidadãs que possam ter participação efetiva para a melhoria das condições de vida em suas comunidades.

Como coloca Mizukami:

A docência é uma profissão complexa e, tal como as demais profissões, é aprendida. Os processos de aprender a ensinar, de aprender a ser professor e de se desenvolver profissionalmente são lentos. Iniciam-se antes do espaço formativo das licenciaturas e prolongam-se por toda a vida, alimentados e transformados por diferentes experiências profissionais e de vida. Assim, por excelência, a escola constitui um local de aprendizagem e de desenvolvimento profissional da docência.¹²⁹

De acordo com Gatti:

¹²⁸ GATTI, 2014, p. 1355-1379.

¹²⁹ MIZUKAMI, 2013, p. 23.

[...] o levantamento de estudos que abordam a temática do PIBID permite identificar ações e análises descritas na literatura disponível em âmbito nacional e compreender o modo como se vem discutindo esse programa. As discussões sobre o PIBID presente nas publicações de periódicos, nas dissertações e teses defendidas junto aos programas de pós-graduação em Educação no país, bem como nas apresentações nos eventos nacionais da área da Educação, podem indicar os efeitos do programa junto à comunidade acadêmica e as implicações diretas da parceria universidade-escola sobre a formação do futuro professor e da futura professora.¹³⁰

Observa-se, portanto, que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desde sua criação pelo Governo Federal, teve como principal objetivo, incentivar os e as profissionais da educação, dando-lhes suporte para ingressar na teoria e na prática da docência. Os sites do Ministério da Educação e da Fundação CAPES são destinados exclusivamente com esse intuito, o qual traz diversas informações detalhadas, objetivas e claras para todos e todas que desejam seguir a área da educação.

Vale ressaltar que no site estão disponíveis não apenas o histórico da CAPES, mas também as ações realizadas, como por exemplo, bolsas, educação a distância, ferramentas de avaliação, bolsas e auxílios internacionais, como também uma central de conteúdos em imagem, vídeos, áudios e publicações, etc.¹³¹

Outro ponto a destacar, além da riqueza de informações já ditas desse programa é que ao analisar, de modo linear tudo que foi visto nos capítulos anteriores, esse programa reúne o que uma boa gestão pública pode fazer quando organiza seus processos e desenvolve ferramentas importantes para a sociedade, como também prioriza os valores e princípios éticos, o que foi muito bem destacado no início desse capítulo, conforme explicitado por Gatti.¹³²

O cuidado do Governo Federal em proporcionar mais um acesso para os profissionais da educação, o que vale ressaltar já é garantido pela Constituição Federal, no entanto, esse programa tornou-se um excelente meio de interferir positivamente na educação de base, o qual oferece bolsas para que alunos e alunas de licenciatura possam exercer suas atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo assim para a integração entre teoria e prática, e aproximando a universidades das escolas, melhorando assim a qualidade da educação brasileira.

¹³⁰ GATTI, 2014, p. 15.

¹³¹ BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. *PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹³² GATTI, 2013, *online*.

Para que os resultados sejam positivos, os e as bolsistas são orientados e orientadas e acompanhados e acompanhadas pelos coordenadores ou pelas coordenadoras de área e supervisores ou supervisoras docentes das escolas públicas, onde exercem suas atividades. Conseqüentemente, com a qualidade desses e dessas profissionais se tem um resultado na aprendizagem do ensino básico e fundamental que ajudará aos e as discentes a obterem bons resultados e avançarem de série com maior facilidade, tendo melhor aproveitamento das disciplinas e conhecimento para a vida.

O PIBID integra a educação superior e a educação básica das escolas públicas, sejam elas municipais ou estaduais, e sua principal intenção é melhorar o ensino dessas escolas para que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) esteja sempre abaixo de 4,4, o que corresponde com a média nacional.

Diante desse cenário, o PIBID apareceu como importante ferramenta para melhorar a formação de professores e professoras, pois o programa desenvolve inúmeras parcerias com escolas de educação básica da rede pública de ensino, concedendo bolsa aos estudantes de graduação dos cursos de licenciaturas no intuito de inserir os graduandos no âmbito escolar, proporcionando um papel mais ativo no processo de ensino e aprendizagem. Dentre seus inúmeros objetivos podemos destacar:

Elevar a qualidade da formação inicial de professores e professoras nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.¹³³

Diante do contexto apresentado sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado aos profissionais de educação, foi desenvolvido um subprojeto de matemática no Instituto Federal do Ceará do campus Fortaleza, específico para essa disciplina, que será apresentado no próximo capítulo.¹³⁴

¹³³ BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. *PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹³⁴ COVOLAN, 2015, p. 58. É preciso lembrar que uma das grandes conquistas do movimento feminista de segunda onda no Brasil foi a definição de que o “privado é político”. Sobre o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, ver: COSTA, Ana Alice Alcântara Costa. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al. *Olhares feministas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009. p. 51-77.

4 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) DO SUBPROJETO DE MATEMÁTICA DO CAMPUS FORTALEZA ANALISANDO A GESTÃO PÚBLICA DO PIBID NA UFCE, À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS

4.1 Criação

O Instituto Federal do Ceará foi fundado em 2008, pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conta com 21 cursos de licenciaturas, abrangendo sete áreas de formação de professores em duas modalidades, presencial e à distância. Os cursos ocorrem em treze campi e um polo de Educação à distância (UAB). Nas ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará do Subprojeto de Matemática do Campus Fortaleza, onde são atendidas mais de 50 escolas de Educação Básica do estado, proporcionando aos licenciados bolsistas de iniciação à docência o conhecimento das realidades institucionais diversas e instrumentalizando-os para a busca de soluções de problemas enfrentados na Educação Básica de sua região.

4.2 Projeto Institucional

O Instituto Federal do Ceará situa-se no Nordeste do Brasil, com unidades distribuídas em 23 municípios do Estado do Ceará. Segundo dados do IBGE de 2010, em 2009, havia 7.431 estabelecimentos de ensino fundamental em todo o estado, atendendo uma clientela de 1.481.737 alunos, enquanto que o número de estabelecimentos de Ensino Médio chegava a 850 unidades, com 386.158 matrículas. Portanto, a taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental chegou a 91,6% e a da educação superior a 51,9%. Mesmo assim, a oferta da Educação Superior no Brasil é muito pequena e no Nordeste menor ainda.¹³⁵

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. *Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013*. Aperfeiçoar e atualizar as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

A procura pelas universidades públicas tem se mostrado, historicamente, elevada e, no Ceará, os dados sobre o Ensino Superior, em 2009, apontavam a existência de 51 instituições públicas e privadas, ofertando nível superior de ensino em apenas 22 de seus 184 municípios (IBGE, 2010).

O Instituto Federal do Ceará participa com 21 cursos de licenciaturas, abrangendo sete áreas de formação de professores e professoras, em duas modalidades, presencial e à distância. Os cursos ocorrem em treze campi e um polo de Educação a Distância (UAB). Nas ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, são atendidas mais de 50 escolas de Educação Básica do Estado, proporcionando aos licenciados bolsistas de iniciação à docência o conhecimento das realidades institucionais diversas e instrumentalizando-os para a busca de soluções de problemas enfrentados na educação básica da região.

4.3 Ações estratégicas para inserção dos bolsistas nas escolas

A formação do professor da Educação Básica envolve o estudo das teorias da educação e a aplicação dessas teorias no espaço escolar. A partir daí, surgem as ações educativas que possibilitam a aprendizagem efetiva entre várias outras ações estratégicas implantadas.

Nesse processo, é fundamental a relação de parceria entre a instituição formadora e a escola. No Instituto Federal do Ceará (IFCE), essa parceria já ocorre com as escolas e a Secretaria do Estado do Ceará (SEDUCCE), além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e de outros programas como o PARFOR, o Pro docência, e ainda, com projeto de intervenção nas disciplinas de didática, estágio supervisionado e projetos sociais, componentes curriculares dos cursos de licenciatura.

Com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará (PIBID), a parceria foi fortalecida e configurada na submissão do projeto em 2007, permanecendo até os dias atuais. Nessa negociação, a Secretaria de Educação do Ceará colocou à disposição do Instituto Federal do Ceará todas as escolas que formam o sistema público estadual e estabeleceu a seguinte sistemática para a inserção dos bolsistas de iniciação à docência:

- a) Os coordenadores da área do Instituto Federal do Ceará são orientados a visitar as escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), próximas ao campus, com o objetivo de oportunizar ao bolsista ID e vivenciar o cotidiano das escolas que apresentam alunos com dificuldade de aprendizagem; ou as escolas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica próximo do índice médio nacional, para oferecer ao licenciando experiências exitosas em escolas públicas. Nessas diferentes possibilidades de atuação, busca-se, principalmente, a construção de ações docentes pelos licenciando que consolidem, em sua formação, o compromisso com a aprendizagem efetiva dos educando, promovendo reflexões de maneira a conscientizá-los de que boas práticas pedagógicas são transformadoras.
- b) Os coordenadores agendam a visita na escola para apresentar à comunidade escolar o programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e fazer o convite para a sua participação. Com o aceite da escola, é lançado o edital para a seleção do supervisor do projeto.
- c) Paralelamente, é lançado o edital pelo Instituto Federal do Ceará, de licenciados para as bolsas ID.
- d) Após a seleção dos supervisores, ocorre um encontro no Instituto Federal do Ceará, com todos os envolvidos no projeto. Esse encontro tem como pautas palestra do Pró-Reitor de Ensino do Instituto federal do Ceará, apresentação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, pelos coordenadores do referido instituto, estabelecimento de normas e apresentação das escolas pelos seus gestores ou supervisores.
- e) Nesse encontro, os bolsistas ID preenchem um formulário realizando a opção pela escola. Essa escolha define a atuação do bolsista nos primeiros seis meses do projeto, quando deverá haver um rodízio entre eles, permitindo vivenciar a prática em diferentes espaços escolares.
- f) Esse processo é complementado pela apresentação do bolsista na comunidade da escola em que irá atuar. Essa ação se repete com a substituição de bolsista ou com o rodízio semestral.
- g) A partir dessa etapa, começa o trabalho dentro das escolas, sob a orientação do coordenador de área e do supervisor. Essas ações estão

descritas nos subprojetos e foram elaboradas de forma a atender as orientações descritas nos artigos 6º e 8º da Portaria CAPES nº. 96/2013 que inclui: planejamento de atividades de intervenção; participação nos diversos espaços escolares como laboratório, biblioteca, sala de aula, espaços culturais dentre outros, participações em ações docentes diversas como planejamento escolar, reunião de pais, organização de eventos culturais e científicos, conselhos de classes e escolares; participação em atividades formativas proporcionadas pelo programa; formação de grupos de estudos, preferencialmente multidisciplinares.¹³⁶

Assim, para o acompanhamento das atividades, são realizadas reuniões periódicas com todos os grupos que compõem o projeto. Semanalmente, os supervisores, coordenadores de área e bolsista ID, encontram-se para elaborar o planejamento e a avaliação das ações. Mensalmente, os Coordenadores de ação Institucional e de Área de Gestão se reúnem algumas vezes pelo sistema *Moodle*, outras presencialmente, para acompanhamento e avaliação, inclusive da participação da escola e de seu grupo gestor no projeto. Além disso, os Coordenadores de ordem Institucional e de Área de Gestão visitam os campi a cada dois meses, realizando encontro com bolsistas ID, supervisores, coordenadores, gestores do campus e gestores das escolas parceiras, para acompanhamento e avaliação das atividades realizadas.

4.4 Estratégias adotadas para promover a capacidade comunicativa do licenciando

Com o propósito de contribuir com a melhor qualificação dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Instituto Federal do Ceará, em especial na leitura e na construção de textos formais, foi implantado um curso modular de Comunicação e Linguagem, destinado aos coordenadores e as coordenadoras, mas com expansão futura para supervisores e supervisoras e bolsistas de iniciação à docência e de maneira contínua, considerando-se uma rotatividade permanente de bolsistas.

¹³⁶ BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. *Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013. Aperfeiçoar e atualizar as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Outras ações foram implantadas buscando propiciar o exercício da escrita e da leitura de textos, em diversos formatos, ficando sob responsabilidade do e da bolsista ID de todas as áreas, o desenvolvimento pelo menos de duas das ações propostas a seguir, além do item 6, que é de obrigação para todos e todas:

1. A criação de um periódico na escola com um corpo editorial formado por professores, professoras, alunos e alunas, produzindo e analisando elaborações de textos em diversos gêneros;
2. Montagem de grupos de estudo entre bolsistas ID, com fins de desenvolvimento da aprendizagem entre pares e o protagonismo docente;
3. Montagem de grupos de estudo da linguagem com discentes, em que o bolsista coordene o grupo, fazendo a escolha de textos para estudo;
4. Leitura da rede e criação de uma página no Facebook para postagens, comentários e debates sobre as obras literárias;
5. Leitura e interpretação na hora do lanche, que pode ocorrer semanalmente;
6. Aquisição de visões da cidade em verso e prosa, realizar trabalhos com os alunos e as alunas, de texto não verbal, compor um arquivo de fotos, tiradas pelos alunos e pelas alunas, da cidade onde moram, mas que sejam de pontos turísticos, escolhendo algumas para que outros alunos e alunas, professores e professoras ou mesmo bolsistas façam um poema, canto ou narrativa, com relação às imagens e montar uma exposição na escola;
7. Realização de seminários sobre os temas de cada área de conhecimento;
8. Participação dos subprojetos na organização das semanas temáticas de suas respectivas licenciaturas, compondo bancas avaliativas para a apresentação de trabalhos;
9. Elaboração de artigos para apresentação em eventos, fazendo a correção de textos de forma coletiva;
10. Escolha de artigos para a publicação.

4.5 Realização da seleção, acompanhamento e avaliação dos bolsistas de supervisão e de iniciação à docência

Os bolsistas e os supervisores e as supervisoras de iniciação à docência serão selecionados e selecionadas, por meio de edital público de ampla concorrência, com divulgação das normas do programa em consonância com a Portaria nº. 096, de 18 de julho de 2013. No edital, constará o período de inscrições, os critérios para seleção, bem como os deveres e direitos dos bolsistas.

Quanto ao acompanhamento das ações dos e das bolsistas ID, será realizado pelo coordenador ou pela coordenadora de área e pelo supervisor ou supervisora, ficando a cargo de cada um, o acompanhamento das ações em suas respectivas instituições. E caberá ao coordenador ou a coordenadora de área:

1. Fazer o registro da frequência dos bolsistas ID, bem como a dos supervisores e das supervisoras nas ações desenvolvidas no Instituto Federal do Ceará;
2. Acompanhar e analisar o preenchimento de instrumentos diversos sob responsabilidade dos bolsistas ID e supervisores/supervisoras;
3. Fazer o acompanhamento e a atualização dos currículos Lattes dos bolsistas ID e supervisores/supervisoras, bem como, a atualização dos dados do supervisor ou da supervisora da Plataforma Freire;
4. Realizar reuniões periódicas, ordinariamente mensais, com os e as bolsistas ID e supervisores/supervisoras, para avaliar as ações empreendidas e delinear as próximas ações.

4.6 Sistemática de registro e acompanhamento dos bolsistas egressos

Conforme Pena¹³⁷, no que concerne o termo egresso, no Brasil, no âmbito educacional, ele designa o/a discente que deixou de pertencer a uma comunidade escolar. Transpondo essa conceituação para a realidade do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, tratar-se-á como egresso o bolsista ID que não pertence mais ao quadro de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência. Desta forma, ter-se-ão duas categorias de egressos: o/a ex-

¹³⁷ PENA, 2000, p. 32.

bolsista ID ainda regulamente matriculado na Instituição de Ensino Superior (IES) e ID sem vínculo institucional, por diversos motivos.¹³⁸

Assim, faz-se necessário que as ações de acompanhamento de egressos sejam realizadas pelos dois grupos, visto que, segundo Lousada e Martins¹³⁹, quanto à gestão de egressos na Instituição de Ensino Superior, pois uma das finalidades da Universidade é inserir na sociedade diplomados aptos e diplomadas aptas para o exercício profissional. Em contrapartida, a Universidade deve ter retorno quanto à qualidade desses profissionais que vem formando, principalmente no que diz respeito à qualificação para o trabalho. Assumindo o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência como uma das ações formativas nos cursos de licenciatura do Instituto Federal do Ceará, entendemos ser de fundamental importância que esse acompanhamento existe de forma efetiva.¹⁴⁰

Por outro lado, Pena alerta que há uma grande carência de estudos acerca do tema egressos no Brasil¹⁴¹, no que diz respeito ao controle e acompanhamento dos resultados educacionais.¹⁴² É nesse contexto que se assume o desafio de desenvolver ações de acompanhamento do Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, cientes das dificuldades que serão enfrentadas, mas igualmente cômicos da necessidade de conhecermos mais profundamente os resultados do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Existe um conjunto de ações institucionais e, para que se obtenha sucesso, deve ser desenvolvido de forma contínua. Nesse sentido, a página virtual do Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, conta com um banco de informações em que são registrados os dados de todos os e todas as bolsistas. As permissões de acesso, pesquisa e alterações desses dados são feitas pelo administrador da página, sob supervisão do Coordenador ou da Coordenadora Institucional. O banco conta com informações acadêmicas e profissionais dos e das bolsistas, além do link para o Currículo Lattes de cada um ou uma, as quais farão parte do questionário de atualização de dados questões que permitam compreender a realidade social, política e cultural desses

¹³⁸ PIBID-IFCE - *Projeto Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará 2013*.

¹³⁹ LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 74.

¹⁴⁰ PIBID-IFCE - *Projeto Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará 2013*.

¹⁴¹ PENA, 2000, p. 32.

¹⁴² PIBID-IFCE - *Projeto Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará 2013*.

egressos ou dessas egressas, no intuito de compor informações acerca da realidade educacional cearense. São feitas chamadas semestrais de atualização, preferencialmente automáticas, para os e-mails/endereços cadastrados.

Todas as informações contidas no banco de informações servirão de subsídios para as decisões relativas ao Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, no que concede às necessidades de ampliação, direcionamento das atividades e atividades formativas, entre outras.

4.7 Atividades realizadas para socialização dos impactos e resultados do projeto, além da realização do Seminário Institucional de Iniciação à Docência

As atividades de socialização dos impactos e resultados do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência ocorrem em dimensões internas e externas ao Instituto Federal do Ceará, conforme descrição posterior com o desenvolvimento do projeto, além de edição do Instituto Federal do Ceará e página oficial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

A divulgação interna acontece em eventos internos, como o Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica (ENICIT), do Instituto Federal do Ceará. Nesses eventos, as experiências e impactos são socializados com todos os e todas as participantes, independentemente de ser aluno ou aluna de licenciatura. Como o Instituto Federal do Ceará é uma instituição *multicampi*, as ações de divulgação de experiências e impactos ocorrem anualmente nos *campi* durante a semana dos cursos, onde o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência compõe um eixo do evento, com oficina, minicurso e painel, além de participar ativamente da organização do evento. Também no âmbito do curso o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é apresentado aos alunos novatos e as alunas novatas no início de cada semestre.

A divulgação externa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/Instituto Federal do Ceará ocorre em eventos acadêmicos, feiras locais, nacionais e internacionais e na página oficial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Desta forma, essa divulgação acontece nas Feiras de Cultura e Ciência realizadas pela Secretaria de Educação do Ceará. Outro espaço de divulgação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência tem sido a

participação em feiras promovidas pela comunidade científica. Vale destacar que alguns trabalhos obtiveram premiação e credenciamento para as feiras do México em 2012, Paraguai em 2012, Colômbia em 2013 e por último no Chile no mesmo ano.

Por sua vez, o Congresso Norte Americano de Pesquisa e Inovação (CONNEPI) também é um importante evento de divulgação das ações e impactos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Por se tratar de evento dos Institutos Federais, este é um momento de compartilhamento muito rico, pois traz a possibilidade de troca entre pares da mesma rede.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Instituto Federal também divulga seus impactos nos encontros universitários locais (Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Universidade de Fortaleza) e eventos da área de formação do curso, por exemplo, no Encontro Nacional de Educação Matemática, Exame Nacional do Ensino Médio, Simpósio Brasileiro de Educação Química (SIMPEQUI), Encontro de Pesquisa em Ensino de Física (EPEF), entre outros.

Outro evento que constitui um espaço de divulgação das ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará é o encontro nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Na edição de 2012, o Instituto Federal do Ceará, levou ao Maranhão uma delegação com 50 participantes entre bolsistas ID, supervisores, supervisoras, coordenadores e coordenadoras.

Uma modalidade de divulgação contínua dos impactos é a página oficial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará¹⁴³, que além de divulgar ações institucionais do projeto, disponibiliza o acesso aos Blogs dos subprojetos.

4.8 Resultados e impactos do projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Foram várias as ações desenvolvidas que provocaram impactos na formação dos alunos e das alunas das licenciaturas do Instituto Federal do Ceará.

¹⁴³ IFCE. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/proen/institucional/programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Por ser uma instituição *multicampi*, os impactos se diferenciam conforme as demandas e potencialidades locais e regionais. Citam-se algumas das ações que mais se destacaram:

- a) Interesse dos alunos e das alunas pela química aplicada ao cotidiano;
- b) Aumento significativo no ingresso de alunos e alunas da Educação Básica em cursos de licenciatura do Instituto Federal do Ceará;
- c) Maior interesse dos professores e das professoras das escolas contempladas em realizar aulas diferenciadas, devido ao apoio e suporte dos e das bolsistas do Programa Institucional de Bolsa Iniciação à Docência;
- d) Dedicção e interesse dos alunos e das alunas que participam de cursos, oficinas e acompanhamentos pedagógicos, nas áreas de atuação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência;
- e) Redução da evasão e crescimento do desempenho e envolvimento acadêmico dos licenciados e das licenciadas bolsistas ID;
- f) Significativa mudança no comportamento dos alunos e das alunas das escolas conveniadas, no que diz respeito à permanência na escola em horário de contraturno e a desenvoltura na apresentação de trabalhos elaborados por eles e elas;
- g) Impacto positivo na formação continuada dos professores e das professoras da educação básica, uma vez que assegura a eles e elas o trabalho de suas aulas com uso de metodologias diferenciadas;
- h) Estímulo à continuidade da formação do supervisor e da supervisora, em especial na sua formação como professor pesquisador e professora pesquisadora, tendo em vista a necessidade de produção científica e acadêmica demandada pelos e pelas bolsistas ID;
- i) Reativação dos laboratórios de ciências, matemática e informática, com um significativo aumento na qualidade de práticas realizadas pelos professores e pelas professoras das escolas parceiras;
- j) Impactante nas licenciaturas, constatadas na prática de alguns professores formadores e de algumas professoras formadoras da Instituição de Ensino Superior que têm sido apontados e apontadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, como os e as

responsáveis pela elaboração de seus planejamentos, incluindo atividades teórico-metodológicas em suas salas de aulas;

- k) Valorização, por parte dos e das bolsistas ID, das disciplinas de caráter pedagógico, por entenderem, a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, sua relevância na prática docente;
- l) Fortalecimento, nos e nas bolsistas ID, da escolha pela profissão docente;
- m) Descoberta e desenvolvimento de talentos entre os alunos e as alunas da escola campo;
- n) Aumento de alunos e alunas na escola no contraturno, desenvolvendo atividades produtivas, proporcionando assim, uma alternativa, às ações nem sempre recomendáveis para as quais são aliciadas nas ruas;
- o) As ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência instrumentalizam os bolsistas ID e, conseqüentemente os professores e as professoras, a partir de reflexões sobre o fazer docente, a descobrir possíveis falhas existentes nos processos de ensino e aprendizagem;
- p) Incentivo a participação dos coordenadores e das coordenadoras, dos e das bolsistas ID e dos supervisores e das supervisoras em eventos acadêmicos, gerando um aumento na produção de trabalhos científicos;
- q) Maior e melhor participação dos alunos e das alunas das escolas parceiras em eventos nas feiras de culturais e de ciências;

Ingresso de ex-bolsistas Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na docência, sendo aprovados em processos seletivos para provimento de cargos nos seus respectivos municípios, tanto na rede municipal quanto na estadual.

4.9 Descrições das ações de um dos subprojetos desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará, mais especificamente na área de matemática

1. Seleção dos supervisores e das supervisoras e bolsistas de iniciação à docência – selecionar bolsistas de supervisão e de iniciação à docência por meio de edital público de ampla concorrência, com divulgação das normas do programa e constando período de inscrições, critérios para seleção, dentre outras normas pertinentes. A ação se dará na

implantação do programa e quando for necessária, para completar o quadro de bolsistas.

2. Conhecimento e divulgação do Programa – estudar o projeto institucional e o subprojeto específico, visando compreender o aporte conceitual e metodológico da proposta e fazer divulgação nas escolas selecionadas. A ação será realizada em conjunto por coordenadores ou coordenadoras de área, supervisores ou supervisoras e bolsistas durante o primeiro mês de implantação do programa e no início de cada ano letivo das escolas participantes.
3. Planejamento, socialização e avaliação das atividades do subprojeto – planejar, socializar e avaliar as ações/atividades desenvolvidas nas escolas participantes. A ação será realizada em ações bimestrais na instituição formadora com a participação da equipe gestora, coordenadores ou coordenadoras de área, supervisores ou supervisoras e bolsistas durante todo o período de execução do programa. Visa propiciar maior integração do grupo, socialização das experiências adquiridas e proposição de ações de correção e de melhorias para o subprojeto.
4. Definição, planejamento e avaliação das atividades nas escolas – definir, planejar e avaliar as ações/atividades desenvolvidas em cada escola participante. A ação será realizada em reuniões mensais na escola com a participação do coordenador ou coordenadora de área, supervisor ou supervisora e bolsistas responsáveis pela escola durante todo o período de execução do programa e propicia o desenvolvimento de atividades que atendam as necessidades específicas de cada escola.
5. Seminários e formação para bolsistas de supervisão e de iniciação à docência – realizar seminários formativos ou sessões de estudo com os e as bolsistas de supervisão e de iniciação à docência sobre as tendências atuais para o Ensino de Matemática, tais como: resolução de problemas, história da matemática, laboratório de ensino de matemática, informática educativa e outras tecnologias. Os seminários serão apresentados pelos coordenadores e pelas coordenadoras de área ou colaboradores convidados e colaboradoras convidadas em encontros bimestrais durante todo o período de execução do programa.

6. Oficinas pedagógicas sobre o uso de materiais manipuláveis e jogos – realizar oficinas pedagógicas sobre o uso de materiais manipuláveis e jogos executivos com os bolsistas de supervisão e de iniciação à docência. As oficinas serão desenvolvidas pelos coordenadores e pelas coordenadoras de área ou colaboradores convidados e colaboradoras convidadas, em encontros bimestrais durante todo o período de execução do programa e visam subsidiar os e as bolsistas com metodologias que poderão ser utilizadas nas atividades com os alunos e as alunas das escolas participantes para facilitar a aprendizagem de conteúdos de matemática.
7. Participação em eventos científicos – participar e apresentar trabalhos em eventos científicos locais, regionais ou nacionais. A ação visa divulgar o projeto PIBID/IFCE, contribuir para a socialização dos conhecimentos e experiências adquiridas e possibilitar a aquisição de conhecimentos relacionados à Educação Matemática. A produção de trabalhos científicos contribuirá também para a formação de professores pesquisadores e professoras pesquisadoras com melhor domínio de leitura e escrita na língua portuguesa e para fortalecer o processo formativo do grupo.
8. Inserção dos e das bolsistas de iniciação à docência nos espaços das escolas – participar de atividades cotidianas das escolas conveniadas, tais como: reuniões de conselhos de classe de pais, mães, mestres e mestras, de planejamento de aulas, semanas pedagógicas e vivências em sala de aula. A ação será desenvolvida por todo o período de execução do programa pelos alunos e pelas alunas bolsistas com o acompanhamento dos supervisores e das supervisoras, possibilitando aos associados e as associadas, melhor conhecimento do contexto escolar e da prática docente e conservação das interações entre escola e comunidade.
9. Oficinas e minicursos para alunos e alunas da educação básica – definir, planejar oficinas e minicursos para alunos e alunas das escolas participantes. Com temáticas voltadas para os conteúdos de matemática em que os alunos e as alunas apresentem maiores dificuldades de aprendizagem e utilizando-se de metodologias diferenciadas e materiais

apropriados, pretende-se contribuir para melhoria do rendimento escolar. A ação será realizada pelos alunos e pelas alunas bolsistas sob a orientação dos supervisores ou supervisoras e coordenadores ou coordenadoras de área, durante todo o período de execução do programa.

10. Planejamento e desenvolvimento de aulas – planejar e realizar aulas teóricas e práticas dos conteúdos de matemática vistos pelos e pelas discentes das escolas participantes. A ação será desenvolvida rotativamente por grupos de dois bolsistas de iniciação à docência, sob a orientação dos supervisores e supervisoras e coordenadores e coordenadoras de área. As aulas terão caráter de reforço escolar e funcionarão nos contraturnos de aulas dos alunos e das alunas durante os períodos letivos escolares ou, de recuperação nos períodos de férias. Contribuirá também na formação dos licenciados e das licenciadas.
11. Preparação dos alunos e das alunas da Educação Básica para exames nacionais – definir, planejar e realizar atividades de preparação dos alunos e das alunas das escolas participantes em exames nacionais, destacando-se o exame nacional do ensino médio e as olimpíadas brasileiras de matemática das escolas públicas. A ação será realizada pelos alunos e pelas alunas bolsistas de iniciação à docência, sob a orientação dos supervisores e das supervisoras e coordenadores e coordenadoras de área, visando contribuir para melhor preparação dos alunos e das alunas de educação básica em conteúdos de matemática e melhoria dos índices de desenvolvimento das escolas.
12. Conhecimento e participação nos processos de avaliação da escola – conhecer como se dá o processo de avaliação dos alunos e das alunas nas escolas públicas de educação básica, observando as diferentes formas de avaliação adotadas pelos professores e pelas professoras nas disciplinas de matemática. Observar as práticas pedagógicas em sala de aula, o uso do livro didático e a relação afetiva dos professores e das professoras com os alunos e as alunas. Colaborar nos processos avaliativos e de correção de provas. A ação será realizada pelos alunos e pelas alunas bolsistas sob a orientação dos supervisores e das supervisoras de área, durante todo o período de execução do programa.

13. Desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos – planejar, desenvolver e confeccionar materiais didáticos e pedagógicos como jogos educativos, materiais manipuláveis, dentre outros que sirvam para explorar conteúdos da Educação Básica de maneira atrativa e lúdica. Confeccionar materiais paradidáticos, roteiros de aula e apostilas. Disseminar e incentivar a utilização do material produzido nas escolas participantes. A ação será realizada pelos alunos e pelas alunas bolsistas de iniciação à docência, sob a orientação dos supervisores e das supervisoras e coordenadores e coordenadoras de área.
14. Organização de laboratórios de ensino de matemática – consolidar, equipar e organizar o Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) do curso de Licenciatura de Matemática do Instituto Federal do Ceará/Campus Fortaleza, e quando possível, também nas escolas conveniadas. A ação será realizada em conjunto, entre equipe de gestão, coordenadores e coordenadoras de área, supervisores e supervisoras e alunos e alunas bolsistas, visando subsidiar a instituição formadora e as escolas públicas participantes de um ambiente privilegiado para a prática docente e que favorece a aprendizagem por meio de descobertas pelo e pela discente.
15. Planejamento e organização de eventos científicos e culturais nas escolas – planejar e organizar eventos científicos e culturais nas escolas participantes, tais como: feiras culturais, feiras de ciências e gincanas. Orientar alunos e alunas da Educação Básica na elaboração e apresentação de trabalhos em eventos. A ação será realizada pelos e pelas bolsistas de iniciação à docência, sob a orientação dos supervisores e supervisoras e coordenadores e coordenadoras de área, visando incentivar e valorizar a participação dos alunos e das alunas das escolas públicas participantes em atividades de divulgação científica e cultural.
16. Registro e acompanhamento das ações desenvolvidas no subprojeto – registrar e acompanhar as ações desenvolvidas no subprojeto em meios eletrônicos ou impressos. Construir e atualizar *sites* e *blogs*, criar fóruns e chats de discussão em ambientes virtuais de aprendizagem, andar em diários de campo, elaborar relatórios periódicos e planilhas de prestação

de contas, entre outros mecanismos de registro e acompanhamento. A ação será realizada conjuntamente pelos alunos e pelas alunas bolsistas, supervisores e supervisoras e coordenadores e coordenadoras de área, durante todo o período de execução do programa.

4.10 Análise da gestão pública do PIBID na UFCE, á luz dos princípios éticos

Foi realizada uma análise da gestão do PIBID, à luz de princípios éticos, usando como modelo teórico norteador, o Princípio de Eficiência em Gestão Pública. É importante destacar a gestão pública por meio de seus princípios éticos, tendo uma reflexão no que diz respeito a cada um dos aspectos de gestão desse programa, resgatando alguns autores de ética.

Voltando a alguns pontos estudados ao longo dos capítulos, um dos mais importantes que se deve destacar é a Ética, como já dito, essa palavra tem origem do grego, na qual possui duas vertentes: na primeira do grego, chamada de “*éthos*”, que pode ser resumida como costume, no entanto a segunda vem oriunda do “caráter”. A origem dessa palavra grega deu base a sua tradução em latim para “Moral”, já a segunda origem é direcionada para os estudos atuais o qual resulta na palavra “Ética” o que se resume em uma pesquisa do que é bom.¹⁴⁴

Quando analisado a “ética” e a “moral” como sinônimas pode-se compreender um estudo em várias áreas da moral, isto significa que é importante compreender as teorias com suas devidas observações práticas da vida humana o que faz parte do cotidiano nas relações sociais. Na realidade, a Ética tem sua existência em todas as sociedades humanas, podendo também ser considerada como uma associação de regras, princípios ou costumes de pensar que direcionam as ações de um determinado grupo em particular (moralidade), ou é o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral), portanto, a ética nasce em um período no qual se deve analisar e buscar entender o costume dos indivíduos no meio em que estão inseridos, quando se fala em valores, esses são baseados em princípios básicos ligados no caminho do bem ou do mal.¹⁴⁵

¹⁴⁴ MOORE, 1975, p. 230.

¹⁴⁵ SINGER, 1994, p. XX.

Segundo Vazquez¹⁴⁶, a moral, o indivíduo é um ser histórico, social e prático, transformador, detentor de consciência no mundo que o cerca, fazendo de sua natureza externa um mundo sob medida, ou seja, o próprio ser humano transforma a sua natureza. Na verdade o ser humano é livre para agir e decidir, onde a sua decisão e suas ações deixem de ser geradas, onde o grau de liberdade é marcado histórica e socialmente, pois o que é resolvido e decidido pela sociedade é apresentado pelos indivíduos no comportamento e nas possibilidades de sua ação.¹⁴⁷

Portanto, a moral é imprevisível quando praticada pelo indivíduo, material e espiritualmente, pois a ética nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do ser humano, é ela que traz uma visão do todo como ser inserido na sociedade, na história e na criação. Por meio dos vários conceitos que a ética nos proporciona essa trabalha diretamente com pontos específicos como: liberdade, necessidade, valor, consciência, sociabilidade, etc.¹⁴⁸ Segundo Weber, o indivíduo é projetado para o mundo de acordo com o trabalho, sendo ele próprio quem o executa, porém se o trabalho torna-se mais importante do que a si próprio, distorcendo valores e com o significado do mesmo.¹⁴⁹ Ou seja, no que se refere ao sentido subjetivo como compreensão, entendimento do trabalho predomina sobre o objetivo, pois o trabalho é para o indivíduo e não o indivíduo para o trabalho. O universo do trabalho é organizado pelo próprio ser humano com inteligência e, por meio dele, é produzido com teorias e ações práticas para o avanço humano, existindo uma discussão da teoria para a prática e da prática para a teoria, das experiências no que se refere à vida, da moral para a ética e, assim, aparece o lado objetivo e subjetivo do trabalho.¹⁵⁰

Ainda de acordo com Weber, a origem de todos os problemas e conflitos do ser humano está relacionada com o trabalho, pois ele é destinado para o trabalho, além de falar e pensar.¹⁵¹ Portanto, a ética de que o ser humano, acima de qualquer coisa, é chamado ao trabalho e não o trabalho chama ao ser humano, para as éticas tradicionais, essa técnica sempre foi imaginada como um meio para satisfazer as

¹⁴⁶ VAZQUEZ 1997, p. 28.

¹⁴⁷ VAZQUEZ, 1997, p. 28.

¹⁴⁸ BETT, Geneci; SCHEREIBER, Dusan. Análise compreensiva da gestão à luz de princípios éticos fundamentados em valores cristãos. *Revista Contemplação*, 2013. p. 96.

¹⁴⁹ WEBER, 2001, p. 198.

¹⁵⁰ BETT; SCHEREIBER, 2013, p. 96.

¹⁵¹ WEBER, 2001, p. 198.

necessidades e anseios humanos. Carvalho tem uma conclusão sobre ética humanista muito importante para a sociedade, pois reconhece a peculiaridade da essência humana entre as diversas formas de ser.¹⁵² Com relação ao reconhecimento humanístico são baseados na pessoa humana, a qual possui grande valor para a cultura; esse valor não advém de uma determinada religião, mas sustenta a ligação que envolve a tradição cristã.

Para Dussel, a teoria de uma filosofia voltada para a libertação, esta centrada num sujeito, o qual consiste em um só ser que é o único possibilitando a existência dos outros.¹⁵³ Percebe-se que o mundo é onde se situa o eu, o indivíduo ou o sujeito como centro de tudo e a partir desta centralização organizam-se no espaço do mais próximo e de maior sentido até chegar aos mais longínquos e de menor sentido. O chamado outro é um ser vivo próximo, não significa uma mera categorização vazia, por exemplo: a criança faminta, o índio explorado, o proletário oprimido, isso quer dizer que quando se fala outro, não é categorizado, no entanto, refere-se a homens e mulheres que estão ao nosso lado. O outro clama por ser excluído da sociedade, ao ser objetivado por um ser qualquer.¹⁵⁴

Segundo Vieira e Carvalho:

[...] as instituições são produto da construção humana e o resultado de ações propostas por indivíduos, instrumentalmente guiados pelas próprias forças institucionais por eles interpretadas, sugerindo um processo estruturado e estruturante, fruto de interpretações e subjetividades.¹⁵⁵

Para Amoedo, a ética na organização percorre, por aspectos organizacionais e individuais, esses aspectos organizacionais são claramente vistos em manuais de políticas, de regras e de procedimentos, e até mesmo por meio da cultura, apresentada através dos valores, transparentes adotados esses aspectos individuais abrangem a compreensão que as pessoas possuem de si mesmas, em seus trabalhos. Essas percepções são direcionadas para as exigências das tarefas, essas impressões sobre o papel desempenhado, a disponibilidade de escolha e o interesse pelo trabalho.¹⁵⁶

¹⁵² CARVALHO, 2010, p. 33.

¹⁵³ DUSSEL, 1986, p. 9.

¹⁵⁴ BETT; SCHEREIBER, 2013, p. 96.

¹⁵⁵ VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 6.

¹⁵⁶ AMOEDO, 2007, p. 63.

Segundo Robbins¹⁵⁷ temas como liderança e ética não tem apresentado muita atenção como deveria, pois somente tenham merecido tão pouca atenção, recentemente pesquisadores começaram de fato a considerar as questões éticas sobre liderança. É importante saber que a ética lidera uma sequência de pontos, os quais são considerados líderes éticos que utilizam o carisma de um modo social e construtivo para responder aos outros. Essa liderança não está isenta de valores, pois antes de se dizer um líder eficaz é preciso considerar os meios que serão utilizados para que possa alcançar as metas, portanto a ética, pois essa de estratégia organizacional passa a praticar no cotidiano da gestão.

Trasferetti afirma que, “a grande dificuldade reside na aplicação dos princípios éticos em nosso cotidiano”.¹⁵⁸ Isto significa que o indivíduo não é um ser isolado do resto mundo ou da sociedade, no entanto, o mercado está direcionado a concorrência e a obtenção de lucro, essa concorrência desenfreada pela ascensão de novos mercados modifica os padrões de produção e organização do trabalho.

Toffler diz que as divergências éticas no trabalho, são condições que afetam e a maneira como são tratadas as partes individualizadas na prática de gerenciamento.¹⁵⁹ Aliás, quer dizer, uma única peça com valores, projetos, estratégias, políticas e procedimentos, sistemas e processos, onde os indivíduos devem relacionar-se de forma eficaz na produção de bens e serviços de qualidade, com crescente satisfação aos empregados e empregadas, e por um acordo de forma responsável e ética para todos os envolvidos e todas envolvidas na instituição.

Para Srour, uma gestão está diretamente ligada com uma administração competente, que tenha um público estratégico, ou seja, um interesse ou uma participação, a fim de ter um ativo intangível que possa diminuir os riscos da empresa, também com a intenção de melhorar a fidelidade dos clientes, ampliando uma vasta opção de perspectivas e assistência à organização e conseqüentemente a sua marca, que possui pontos positivos, tais como: qualidade, valor, confiança, seriedade, inovação, preocupações ambientais e comunitárias, etc. Por outro lado, internamente, a gestão organizacional está voltada para a construção de uma cultura eticamente orientada, traduzindo o respeito com os demais nas atividades do

¹⁵⁷ ROBBINS, 2001, p. 34.

¹⁵⁸ TRASFERETTI, 2006, p. 7.

¹⁵⁹ TOFFLER, 1993, p. 15.

cotidiano, respeitando a adversidade, os diferentes indivíduos, promovendo a autonomia e estando sempre comprometido com seus colaboradores.¹⁶⁰

Diante da expressa visão do autor sobre as organizações, entende-se que essas são sistemas abertos, aos quais estão inseridas em uma relação de interesses das mais diversas formas e modelos, ou seja, existem grupos de interesses estratégicos conhecidos como *stakeholders*¹⁶¹, os quais não se confundem com acionistas, pois esses indivíduos são clientes, fornecedores, colaboradores, governo, instituições financeiras e sociedade.

Uma organização deve estar pautada na realização de relacionamentos com todos os grupos estratégicos (*stakeholders*) através de seus princípios e valores, os quais são baseados na ética, ou seja, para que essa instituição ou organização possa ter sua continuidade no mercado ela precisa preservar os seus valores morais e éticos, sempre buscando o bem do indivíduo, isso não significa que ela não venha a obter lucro, muito pelo contrário, essa pode ampliar suas relações sociais e explorar as fragilidades do outro na busca dos seus próprios interesses, estará transformando os valores éticos e conseqüentemente, abrindo o caminho para o insucesso.

Para que esse insucesso ocorra, seja em médio ou longo prazo, é caracterizado por Bett; Schreiber:

- a) Perda de clientes, de market-share;
- b) Perda de fornecedores;
- c) Perda de talentos e dificuldade na contratação de colaboradores;
- d) Obstaculizando suas relações com o governo;
- e) Inviabilizando suas operações financeiras;
- f) Denegrindo sua imagem na sociedade e comunidade de entorno [...].¹⁶²

De fato, isso mostra que a realidade e a sua visão estão construídas nos princípios éticos e morais, baseados numa cultura organizacional que possui valores

¹⁶⁰ SROUR, 2008, p. 26.

¹⁶¹ *Stakeholder* significa **público estratégico** e descreve uma **pessoa ou grupo que tem interesse** em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Em inglês *stake* significa interesse, participação, risco. *Holder* significa aquele que possui. Assim, *stakeholder* também significa **parte interessada** ou **interveniente**. É uma palavra em inglês muito utilizada nas áreas de **comunicação, administração e tecnologia da informação**, cujo objetivo é designar as pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico ou plano de negócios, ou seja, as **partes interessadas**. O *stakeholder* é uma pessoa ou um grupo, que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização. Desta forma, um *stakeholder* pode ser afetado positivamente ou negativamente, dependendo das suas políticas e forma de atuação. Disponível em: SIGNIFICADOS. *Significado de Stakeholder*. <<https://www.significados.com.br/stakeholder/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

¹⁶² BETT; SCHREIBER, 2013, p. 96.

internos advindos dos empresários e das empresárias ou acionistas e são disseminados aos demais participantes dessa instituição, é, portanto, provável dizer que os valores são espelhados em princípios, normas, procedimentos e regras institucionais. Todos esses processos passaram a servir de roteiro para orientar e encaminhar todos os participantes dessa organização a tomarem as melhores decisões, e refletindo nas relações desses indivíduos com os atores externos e internos, como por exemplo: os clientes, fornecedores, fornecedoras, colaboradores, colaboradoras, governo, instituições financeiras, sociedade, ditos no parágrafo anterior.

Chega-se, portanto, no entendimento da Administração Pública, que de acordo com Meirelles, está percebida como um conjunto de órgãos instituídos para a realização e alcance dos objetivos governamentais; no sentido material, é composta de funções as quais são necessárias para o andamento do serviço público; em contexto operacional, significa dizer que é um desempenho de longa duração, sistêmico, legal e técnico, dos próprios serviços do Estado ou por ele realizado em benefício da coletividade.¹⁶³ Numa visão global, a Administração é todo o preparo do Estado, preestabelecido para a realização de serviços, com a intenção de satisfazer aos anseios da coletividade.

A Constituição Federal brasileira é clara, e define expressamente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como bases para a conduta administrativa. A moralidade é um princípio exposto na Constituição Federal, o qual direciona o ato administrativo, além de sua configuração na lei, deve obediência à moral pública, aos bons costumes e ao senso comum de honestidade.¹⁶⁴

A conduta do agente público está guiada pela obtenção do bem comum e, sob este pensamento, encontra sua conexão com a cidadania. É notória a dificuldade da sociedade em conseguir determinar a conduta dos gestores públicos, por falta de informações adequadas, suficientes e confiáveis. Até mesmo quando se escolhe os governantes democraticamente, por meio de eleições seguras e livres, acaba-se tendo algumas ressalvas no que se refere a sua eficácia como meio de garantir que os governantes eleitos de fato exercerão as funções a eles delegadas

¹⁶³ MEIRELLES, 2005, p. 32.

¹⁶⁴ FIGUEIREDO, 2001, p. 56

da melhor forma possível com a intenção do bem da coletividade, uma vez que, os indivíduos não têm todas as informações necessárias para uma escolha correta.¹⁶⁵

De acordo com Valente¹⁶⁶, o gestor público tem que ser o gerente líder e deve aliar suas qualidades técnicas e administrativas às habilidades interpessoais, é necessário ser mais que um técnico, e conhecer legislação, esse gestor público deve integrar conhecimentos. Vale ressaltar que existem algumas características novas para as instituições públicas como: serem flexíveis e adaptáveis; que possam oferecer serviços de alta qualidade e proporcionem grandes retornos de investimento; também devem atender as necessidades do cliente oferecendo opções de serviços personalizados; os servidores devem ter sentimentos de propriedade dando sentido e significado aos controles; e por último que esses possam conferir o poder ao cidadão.

É importante apresentar esta análise para se compreender que a gestão pública também é uma organização ou instituição como qualquer uma no âmbito privado, a qual possui princípios éticos tanto internos quanto externos, os quais devem ser internalizados por todos que fazem parte da Administração Pública. São esses princípios éticos que regulamentam e norteiam as atividades e os procedimentos que devem ser exercidos de forma clara, consciente e objetiva não pensando apenas na obtenção de lucro ou em seu próprio benefício, mas sim no bem da coletividade. Vale ressaltar que todos são formadores de opinião, de detentores de valores éticos e morais, que ao se unirem com uma instituição podem trazer condições melhores de desenvolvimento e crescimento para todos e todas.

É sabido que em qualquer área do conhecimento existem princípios éticos e na gestão pública não é diferente, pois também envolve questões diante de princípios que a governam, portanto, esses princípios são envolvidos por muitos desafios de muito tempo vividos na administração pública, sempre na busca de melhoria de administrar as ações governamentais, no entanto, ainda não tem sido satisfatória na gestão pública.

Existem diversas teorias sobre a ética, construídas há séculos e que até os dias atuais são pontos de reflexão como a moral, essa mesma moral é um princípio basilar na Constituição Federal quando se trata da administração pública. Não há como negar os problemas enfrentados pela gestão pública, principalmente no que

¹⁶⁵ FIGUEIREDO, 2001, p. 56.

¹⁶⁶ VALENTE, 2001, p. 92.

diz respeito a moral e a ética, problema ainda sem a devida solução, a qual se esbarra na burocracia em virtude de seu apego as regras e normas da atividade pública.

A gestão pública assim como a gestão privada precisa obter resultados, pois afinal essa administração é realizada para a sociedade e essas financiam por meio de taxas e impostos os recursos necessários para o bom funcionamento, conseqüentemente, transformá-los em serviços para os indivíduos, por isso a importância de entender os princípios éticos na gestão pública, essa reflexão é o início de muitas modificações, para que chegue de fato ao seu real propósito.

5 CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi estudado ao longo desse trabalho ressaltam-se pontos importantes descobertos na análise bibliográfica de autores sobre a gestão pública, no qual o primeiro ponto que vale destacar é o de entender que para se ter uma excelência é necessário um cuidado, ou seja, uma atenção especial aos cidadãos e as cidadãs e a sociedade como usuário e usuária do serviço público.

Essa gestão segue normas e regras que podem ser traduzidas em princípios éticos, por meio de valores estabelecidos internamente por aqueles que fazem parte da instituição refletindo assim na sociedade e nos indivíduos que precisam desse serviço. Portanto, a qualidade na excelência do serviço público é primordial de forma a atender os anseios da população.

A gestão pública é baseada em alguns pilares que são: os processos gerenciais, o modelo de excelência em gestão pública e principalmente nos princípios constitucionais evidentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que expressa à legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência na Administração Pública. Seguindo, portanto, esse raciocínio resgata-se os princípios éticos.

Esses princípios éticos influenciam consideravelmente na forma e maneira de gestão pública, tais princípios são baseados em valores morais e cristãos, e percebe-se que a moral é derivada da ética trazida de uma palavra de origem grega, o que se resume na conduta profissional daquele indivíduo em desempenhar suas atividades e suas relações com a sociedade de maneira correta e clara, sem colocar os interesses pessoais em primeiro lugar, mas sim de ver e analisar o que é melhor para o bem comum.

Muitos autores estudados nesse trabalho evidenciam que a ética é um conjunto de normas e regras, que tem como principal objetivo ajustar os relacionamentos mútuos da sociedade, isso, conseqüentemente é válido para a gestão pública, a qual também tem seus princípios baseados na moralidade.

De fato, dos muitos conceitos e definições sobre a ética, trazidos pelos autores, é importante enfatizar alguns desses como: saber que suas raízes apontam desde a antiguidade clássica e ao longo do tempo muitos pensadores aperfeiçoaram esse conceito, atualmente a ética é definida como um comportamento e um costume

de uma sociedade em um determinado momento da vida, por isso, que a ética não é absoluta, pois o que pode ser ético para uma determinada população pode não ter o mesmo sentido para outra.

Portanto, baseado em todo esse estudo sobre gestão pública e princípios éticos, através dos conceitos chegou-se a docência no Brasil, um dos pontos importantes desse trabalho. Tudo começou por volta do século XVIII, onde surgiram as escolas para formação de professores e professoras e foi a partir da Lei das Escolas e Primeira Letras, que, além de ensinar as primeiras letras, eram instruídos a dominar o método de formação profissional do docente.

As instituições escolares tinham como seu principal objetivo formar docentes para aprender suas atividades e conseqüentemente vinculavam-se a implantação de ideias liberais seculares e de extensão do ensino primário para todas as camadas da sociedade, portanto com o passar dos anos, houve a criação de Decretos que asseguravam as condições de formação docente, até chegar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi criada em 23 de dezembro de 2005, conhecida como Lei nº 9.394/96 – LDB.

Vale ressaltar que antes da LDB atualmente vigente, houve uma reforma que proporcionou uma valorização no que diz respeito à união da teoria com a prática, a qual é condição primordial para a formação dos profissionais de qualquer área, mais em específico a área da Educação. Portanto, a docência é uma forma educativa que procura interferir na realidade social por meio da educação.

Em virtude da criação da Docência no Brasil, iniciaram-se programas institucionais de bolsas de iniciação a docência para a educação básica, afinal é um dever tanto político quanto ético, no que se refere ao desenvolvimento educacional dos cidadãos e das cidadãs. O PIBID tem como finalidade principal fomentar a iniciação à docência, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e, ainda, para a melhoria da qualidade da educação básica pública do Brasil.

Diante da existência do PIBID, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) criou um subprojeto voltado para a matemática, baseado nos requisitos e parâmetros do PIBID, proporcionando assim aos licenciados bolsistas de iniciação à docência, o conhecimento das realidades institucionais diversas, e instrumentalizando-os para a busca de soluções de problemas enfrentados na educação básica de sua região focada nessa disciplina.

Faz-se uma reflexão acerca de todo esse estudo, ou seja, tudo começa com uma gestão pública que se baseia em princípios éticos para o interesse do bem comum de uma determinada sociedade, em uma determinada época, vê-se, portanto, que a docência no Brasil, foi aos poucos nascendo e sendo moldada e ajustada até o momento de ser uma Lei, e por meio dela surge o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que tem como principal objetivo o compromisso ético e político de cuidar do desenvolvimento dos cidadãos, ou seja, tudo está relacionado e interligado com os princípios éticos.

Sem esses princípios não haveria uma preocupação com a sociedade, e seus indivíduos, se preocuparia apenas com os seus próprios interesses sem compreender a necessidade da população. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que sejam eliminados os vários problemas decorrentes da gestão pública, a qual ainda está em passos contínuos de aprendizado.

Se os indivíduos que fazem o serviço público entendessem a importância de ser ético, muito se avançaria nos anseios e desejos da sociedade, pois é essa mesma sociedade que espera ser atendida e ter seus direitos compreendidos por aqueles que exercem a liderança no serviço público.

Assim como a gestão privada busca resultados, a gestão pública também precisa obtê-los, afinal essa administração pública é destinada para a população, onde seus recursos são necessários para o funcionamento devido do serviço público, por isso a importância de entender os princípios éticos na gestão pública, essa reflexão é o início de muitas modificações para que se chegue de fato ao seu real propósito. Tal assunto ainda se perpetuará por muito tempo, mais é o começo para um novo ponto de partida, pois à medida que a sociedade compreende e tem mais conhecimento ético, as mudanças poderão ocorrer na gestão pública.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Mínima moralia* [1951]. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ALENCASTRO, M. S. C. *A ética de Hans Jonas: alcances e limites sob uma perspectiva pluralista*. Tese de Doutorado. Curitiba, 2007.
- AMOEDO, Sebastião. *Ética do Trabalho. Era da pós-qualidade*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. *Processos de ensinagem na universidade*. Joinville, SC: Editora Univille, 2003.
- ANGEL, Perez Gomez. O pensamento prático do professor: a formação do profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antônio. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote publicações, 1995.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2002.
- AZEVEDO, Eurico de Andrade et al. *Direito Administrativo brasileiro*. 20. ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 1995.
- BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BENINI, Édi, et al (Orgs.). *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas II* [1928]. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BETT, Geneci; SCHEREIBER, Dusan. Análise compreensiva da gestão à luz de princípios éticos fundamentados em valores cristãos. *Revista Contemplação*, 2013.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; coord. Tradução de João Ferreira; ver. Geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12 ed. vol. 1, 2004.
- BRAGA, Pedro. *Ética, direito e administração pública*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRANDÃO, C. F. *LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo*. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. *Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009*. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. *Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. CAPES. *PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. CAPES. *PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. CAPES. *Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013*. Aperfeiçoar e atualizar as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. CAPES. *Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013*. Aperfeiçoar e atualizar as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CAPES. *Portaria nº. 260 de 30 de dezembro de 2010*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_NomasGerais.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CARVALHO, José Maurício de. *Ética*. São João Del Rei, MG: Universidade Federal de São João Del Rei, 2010.

CASTRO, Ana Cristina; CASTRO, Cláudia Osório de. *Gestão pública contemporânea*. Curitiba: Inter Saberes, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração geral e pública: provas e concursos*. 4. ed. Barueri: Manole, 2016.

COUTINHO, Keryne; SOMMER, Luis H. discursos sobre formação de professores e arte de governar. In: *Currículo sem Fronteira*, v. 11, n. 1, p. 86-103, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemifronteiras.org/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

DINHARDT, Robert B. *Teoria da administração pública*. 6. ed. Trad. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

DUSSEL, Enrique. *Método Para Uma Filosofia da Libertação Latino-americana*. SP: Loyola, 1986.

ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. *RAE - Revista de administração de empresas*. São Paulo: EASP/FGV, v. 37, n. 2, p. 6-17, abr./jun. 1997.

ESCOBAR, Cláudia Diniz. *Transparência e Ética na Gestão Pública no Brasil: Tópicos para Reflexão*. 48f. Monografia do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da UTFPR. Curitiba: UTFPR, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, Carlos Mauricio et alii. *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 2. ed. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* [1930]. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1988. v. XXI.

GATTI, Bernadete. *Iniciação à docência para a educação básica*. Pibid 2013, Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.* [online]. 2010, vol. 31, n. 113, p. 1355-1379. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

GATTI, Bernadete et al. *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)*. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

GATTI, Bernadette; BARRETO, Elba (Coords.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília. UNESCO, 2009.

GOMES, Nanci Fonseca. *Ética na administração pública: desafios e possibilidades*. Rev. Adm. Pública - Rio de Janeiro 48 (4):1029-1050, jul./ago. 2014.

GOMEZ, Angel, I Perez. *V Simpósio Paulista de Educação Física: qualidade do ensino e desenvolvimento profissional do docente como intelectual reflexivo*.

HABERMAS, J. *Aclaraciones a la ética del discurso*. Erläuterungen zur diskursethik, 1991. Tradução de introducción Manuel Jiménez Redondo. 2000.

HORKHEIMER, M. *Critical Theory: Selected Essays*. United States of America: The Continuum Publishing Company, p.188-243, nov., 1975.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento* [1947]. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HOUAISS, Antônio. *Novo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IFCE. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/proen/institucional/programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

JAGUARIBE, H. *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marira de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gestor público*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007.

MAIA, Ari F. *Apontamentos sobre ética e individualidade a partir da mínima moralia* *Psicologia*. USP, v. 9, n. 2, p. 152-166, 1998.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização* [1956]. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo, 2004.

MENDES, Annita Valléria Calmon. *A Administração Pública e o Sistema de Gestão da Ética: uma análise da política de promoção da ética no Poder Executivo Federal*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA. UNB: Brasília, 2014.

_____. *Ética na administração pública federal: a implementação de comissões de ética setoriais - entre o desafio e a oportunidade de mudar o modelo de gestão*. Brasília: FUNAG, 2010.

MIZUKAMI, M. G. N. Escola e desenvolvimento profissional da docência. In: GATTI, B.A. et al. *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Unesp, 2013.

MOORE, G. E. Princípios éticos. In: RUSSELL, B.; MOORE, G. E. *Pensadores*. Trad. Pablom Ruben Mariconda. São Paulo: Victor Civita, 1974.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, J. M. *A ética empresarial no Brasil*. Revisão Janice Yunes et al. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

MOREIRA, Valéria L. *A qualidade do atendimento e os serviços prestados*. Dissertação, UEA/FGV, 2016.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: pensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEVES, Rayssa Martins de Sousa. *Práticas de Iniciação à docência: um estudo no Pibid/IFPI/Matemática*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, Unisinos, 2014.

NÓVOA. António. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. Livro publicado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, 2007.

PALUDO, Augustino Vicente. *Administração pública: teoria e questões*. 2. ed. Rio de Janeiro: El Servier, 2012.

PASSOS, E. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, José Matias. *Curso de Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2009.

PIBID-IFCE - *Projeto Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal do Ceará 2013*.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROBBINS, Sthephen Paul. *Administração: mudanças e perspectivas*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2001.

ROBERTO Kanaane; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. *Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUEZ, R. *Fenomenología de los motivos en la comprensión ética del trabajador social*. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís, Brasil, 2011.

ROLNIK, S. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. Seção Ponto e Contraponto, Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.

ROMAGNOLLI, Camila, *et al*. *Os impactos do PIBID no processo de formação inicial de professores: experiências na parceria entre educação básica e superior*. Seminário Internacional de Educação Superior. Formação e Conhecimento. Anais eletrônicos, 2014.

RUEDELL, Aloísio *et al* (Org.). *Filosofia e ética*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 184 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

SAVIANI, Dermeval. *Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no conteúdo brasileiro*. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Tradução de Ângela Melin. Rio: Zahar Editores, 1979.

SEREJO, Bianca M. S. *Ética na administração pública e o nepotismo é uma conduta ética?* 2010. Disponível em: <www.jurisway.org.br>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHOMMER, Paula Chies. *Gestão pública no Brasil. Notícias do teatro de operações*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, 2005.

SIGNIFICADOS. *Significado de Stakeholder*. <<https://www.significados.com.br/stakeholder/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SILVA, de Plácido e, *Vocabulário Jurídico*, Forense, 1980.

SILVA, Léa Ribeiro da. *Docência na contemporaneidade: desafios para professores no ensino superior*. *Revista Primus Vitam*, n. 5, 1º semestre de 2013.

SINGER, P. *Ethics*. Oxford: OUP, 1994.

SLOMSKI, V. *Controladoria e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial*. 3. ed. revisada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio/ago., 2000.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Ética para executivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

TOFFLER, Barbara Ley. *Ética no trabalho*. Tradução: Márcia Castilho Costa Saliola. São Paulo: Makron Books, 1993.

VALENTE, Arnaldo. *Ética no Serviço Público*. A Ética nas Organizações. Fundação Luis Eduardo de Magalhães. *Gestão Pública: desafios e perspectivas*. Salvador: FLEM, 2001.

VALLS, Álvaro L. M. *O Que é Ética?*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, n.º 177).

VAZQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, L. Cidadania e sociedade civil no espaço público democrático. *Revista de Direito Online*. PUC - Rio, 1997.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

WEBER, O. J. *Estudo dos Valores declarados na relação docente: professores da Universidade Luterana do Brasil*, 2001. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Pontifícia de Salamanca, 2001.